



INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS

Déficit Habitacional em Goiás

Uma análise do CadÚnico

ESTUDOS DO IMB

Novembro - 2018

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



**ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

**INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS – IMB**

**Déficit Habitacional nos municípios goianos: uma
leitura a partir dos dados do Cadastro Único dos
anos de 2017 e 2018**

*Alex Felipe Rodrigues Lima¹
Ana Clara Ribeiro Prado²
Felipe Pureza Cardoso³*

¹ Pesquisador em Estatística. Mestre em Estatística/UnB.

² Estagiária em Ciências Sociais. Graduanda em Ciências Sociais – Habilitação em Políticas Públicas/UFG.

³ Estagiário em Ciências Econômicas. Graduando em Ciências Econômicas/UFG.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

José Eliton de Figuerêdo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO

Paula Pinto Silva de Amorim

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Lillian Maria Silva Prado



Unidade da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, o IMB é o órgão responsável pela elaboração de estudos, pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas, fornecendo subsídios na área econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento. O órgão também fornece um acervo de dados estatísticos, geográficos e cartográficos do estado de Goiás.

Gerência de Cartografia e Geoprocessamento

Carlos Antônio Melo Cristóvão

Gerência de Contas Regionais e Indicadores

Dinamar Maria Ferreira Marques

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Rui Rocha Gomes

Gerência de Pesquisas Sistemáticas e Especiais

Marcelo Eurico de Sousa

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas

Eduiges Romanatto

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



Instituto Mauro Borges
Av. República do Líbano nº 1945 - 4º andar
Setor Oeste – Goiânia – Goiás - CEP 74.125-125
Telefone: (62) 3201-6695/8481
Internet: www.imb.go.gov.br, www.segplan.go.gov.br
e-mail: imb@segplan.go.gov.br

Sumário

1. Introdução	6
2. A Situação do Brasil e seu contexto histórico	7
3. Base de Dados e Metodologia	12
3.1. Base de Dados.....	12
3.2. Metodologia	14
4. Resultados	17
4.1. Perfil das Pessoas em Situação de Déficit	17
4.2. Análise do déficit e espacialização	19
5. Considerações Finais	26
Referências Bibliográficas	27
Anexos	28

CAPÍTULO II – Dos Direitos Sociais Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC nº 26/2000, EC nº 64/2010 e EC nº 90/2015).

1. Introdução

O Instituto Mauro Borges, vinculado à Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás, aferiu em 2017 o déficit habitacional com base no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O trabalho baseou-se no estudo do Instituto Jones dos Santos Neves do Espírito Santo. Esse ano, o Instituto retoma o trabalho e apresenta aos gestores públicos, sejam eles estaduais ou municipais, e à sociedade civil os resultados do déficit habitacional no estado no ano de 2018. Com isso, espera-se que as informações e análises contidas no presente estudo, sirvam como auxílio para a formulação, ou mesmo reformulação, de políticas sociais que mudem a situação do déficit.

Para compreender a questão abordada pelo trabalho, primeiramente, entende-se que existem várias maneiras de habitar um lugar e que isso faz parte da dinâmica social da cidade, e por isso, do mesmo modo que outras questões e dinâmicas, essa também possui sua face problemática que, por sua vez, é denominada como déficit habitacional. Assim como dito anteriormente, o foco do estudo é unicamente para a situação do estado de Goiás e seus municípios. Mas, antes de pensar sobre a questão em si e a situação de Goiás, é preciso considerar a relevância desse assunto, não só a nível estadual, como a discussão que será desenvolvida ao longo desse estudo através da análise dos dados, mas também a nível nacional, com a clareza de qual é o papel do Estado para a resolução da problemática.

Dessa forma, antes de entrar no tema propriamente dito, considera-se essencial na discussão do déficit atual, uma breve contextualização histórica das discussões presentes na literatura específica sobre o assunto. Para tal discussão, leva-se em consideração questões como o êxodo rural, os fluxos migratórios que se somam à conseqüente urbanização, sem deixar de lado o direito à cidade e a vulnerabilidade social como complemento no entendimento “para além dos números”, e do que significa esse déficit habitacional na conjuntura da cidade, do estado e do país.

Toma-se como ponto de partida para a escrita, uma cronologia de acontecimentos históricos que aparecem de maneira quase que unânime na literatura sobre déficit, começando no século XX, situando questões como fluxos migratórios, passando pela urbanização, a favelização, industrialização e a falta de infraestrutura básica chegando ao ponto de afetar a atual dinâmica da cidade. Percebe-se que esses processos, duram décadas, influenciando nos números atuais do déficit, assim como nas tentativas de redução. O Estado por sua vez, tenta resolver a questão e ao longo da história temos exemplos disso como por exemplo o BNH – Banco Nacional de Habitação. Tudo isso sem deixar de lado o contexto social pautado, que não é só por questões teóricas, mas também e principalmente, com dados estatísticos coletados através do banco de dados do Cadastro Único (CadÚnico).

Diante disso, espera-se que o diálogo estabelecido entre a conceituação histórica e a análise dos dados obtidos através do CadÚnico, possibilite ao leitor uma visão mais ampla da situação. Para facilitar essa visualização, o trabalho foi organizado em quatro seções nas quais serão abordadas as questões históricas e sociais (seção 2); apresentação da base de dados e da metodologia utilizada (seção 3); os resultados obtidos através do banco de dados do CadÚnico (seção 4) e as considerações finais com as impressões com relação à situação atual do estado de Goiás como um todo e dos municípios que apresentam um quadro mais expressivo de déficit. Por fim, será disponibilizado uma ferramenta interativa (*dashboard*) com o objetivo de transmitir essa informação de forma rápida e eficaz. Para isso, serão apresentados indicadores, tanto em nível estadual quanto municipal, de maneira interativa e de fácil compreensão

2. A Situação do Brasil e seu contexto histórico

Antes de adentrar na questão em si, é preciso deixar claro que a questão da moradia pode ser vista sob dois aspectos: o econômico, em que a moradia é tida apenas como bem de consumo e de acesso restrito às pessoas que possuem poder aquisitivo, o que é de menor interesse nesse estudo; e a moradia digna como direito social, universal, que proporciona para os indivíduos o acesso a uma série de benefícios (saúde, educação, lazer, segurança dentre outros) ofertados naquele espaço, que é o que interessa nesse estudo.

Uma vez compreendida as abordagens relacionadas à moradia, a questão do déficit também precisa ser esclarecida, tendo em vista que isso ajudará no entendimento dos dados que serão apresentados a seguir. O déficit, por sua vez, também se divide entre:

- **Déficit Qualitativo** – é a necessidade não só de melhorias habitacionais como também do bairro em si, com a instalação/construção de parques, praças, postos de saúde, escolas, entre outros;
- **Déficit Quantitativo** – a grosso modo, é a necessidade de construir novas moradias.

Feita essa conceituação e entendido que é a partir de uma perspectiva de déficit quantitativo que a discussão e conceituação histórica serão conduzidas, torna-se imprescindível para entender, ou para pelo menos provocar a reflexão da situação em que as cidades se encontram atualmente. O desenvolvimento das cidades brasileiras acontece de maneira diferente do resto do mundo. Desenvolvimento esse que se deu por uma cadeia de acontecimentos, na qual podemos destacar a industrialização, como a mola propulsora, no processo de urbanização das cidades, como fica melhor esclarecido através da análise do geógrafo Ralfo Matos:

A formação de uma sociedade tipicamente urbano-industrial no século XIX era missão impossível, não obstante os esforços do Barão de Mauá, de Eschwege, Teófilo Otoni e Henrique Gorceix. A força da indústria viria se manifestar principalmente depois de 1930, como o apoio decisivo do governo Vargas, dos imigrantes estrangeiros e de excedentes financeiros da cafeicultura. A partir daí surge um novo período na diáde urbanização e industrialização que iria marcar por cerca de 50 anos a história demográfica e econômica do Brasil, mediante o surgimento de grandes estruturas concentradas espacialmente (MATOS, 2012, p.12).

Seguindo ainda com o raciocínio de Matos (2012), observa-se que essa diáde – industrialização e urbanização – expandiu, e de certa forma, acelerou o processo de urbanização de áreas que eram predominantemente rurais e que se desenvolveram e se modernizaram, começando a dar forma às cidades que conhecemos e habitamos nos tempos atuais.

A ruptura de 1930 e a desestabilização das relações campo-cidade deram origem a um período de mais de 50 anos em que o Brasil se industrializou a passos largos ao lado da intensificação da urbanização. Vivíamos a macrocefalia urbana resultante de uma forte concentração da industrialização em São Paulo e proximidades. A atração urbana era inelutável porque, naquele tempo, a vida no campo tornara-se sem perspectivas. [...] A industrialização além de intensiva se tornou multissetorial a partir da implantação da indústria de bens correntes, da indústria de bens de capital e das grandes infraestruturas em transporte e energia elétrica. Com isso desestabilizou-se de vez a vida no campo e antigas interdições à saída de mão de obra das fazendas desfizeram-se, o que acarretou o surgimento de um formidável êxodo rural (MATOS, 2012, p.13).

O desdobramento da urbanização se traduz nessa cadeia de acontecimentos, ilustrando o início do problema habitacional, e pode ser melhor visualizada e compreendida, a partir da formulação das arquitetas Braga e Nascimento (2009) que apontam, de uma maneira mais ampla e completa, quais foram as causas da construção do que hoje conhecemos como déficit habitacional. São quatro períodos que passam desde as questões migratórias até as políticas públicas.

(1) “Os primórdios da problemática habitacional”, ou seja, o início do século XX até os anos 1930, período reconhecido pelo crescimento das cidades, em razão do aumento do fluxo migratório de ex-escravos e migrantes, e pela escassez de moradias e serviços públicos; (2) “Período Vargas (1930-1945)”, historicamente responsável pelas transformações das cidades brasileiras à mercê de uma política econômica de desestímulo à produção agrícola e de ações políticas direcionadas ao desenvolvimentismo do país em uma base industrial; (3) “Pós-guerra até 1964”, período marcado pelo forte determinação do mercado privado em responder pela demanda habitacional; e, por fim, (4) “Do BNH ao fim do século XX”, onde as bases das políticas públicas no enfrentamento do déficit habitacional, desde então presentes no cenário político brasileiro, comparecem (BRAGA e NASCIMENTO, 2009, p.99).

Como descrito no trecho supracitado, o movimento de ocupação das cidades, fez com que surgissem novas demandas, uma vez que as cidades em desenvolvimento não

possuíam infraestrutura para suportar os novos habitantes. Isso resultou num adensamento populacional, que por sua vez passou a ser suprido com a construção de moradias coletivas, a preços mais acessíveis mas que na maioria dos casos, possuíam condições bem precárias de saneamento básico ou então, a construção de casas em locais de risco, sem infraestrutura, como fica descrito no trecho a seguir

Diversos estudos tratam da problemática habitacional brasileira associada às transformações ocorridas na virada do século XIX e no início do XX. O crescimento da urbanização nesta fase, quando o Estado ainda não se manifestava na provisão habitacional, acaba tendo a demanda social atendida por caminhos diversos: desde a produção de unidades residenciais em série para locação, à construção de cortiços nas áreas centrais, aos primeiros núcleos de ocupação irregular nas franjas periféricas. As ações governamentais, mostravam-se focalizadas na intervenção em áreas centrais, com caráter sanitarista e embelezador e na regulação, estabelecendo regras edilícias para as moradias coletivas e para a construção de casas de aluguel (PEQUENO, 2008, p.3).

Do período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), até 1964 – com a criação da Lei do Condomínio (Lei 4.591/1964) – o cenário habitacional no país ganha uma nova configuração, evidenciando que a questão da moradia é mais uma demanda de mercado e não uma demanda social. A lei em questão, propicia a criação do que passou a ser conhecido como *kitnets* – espaços pequenos com uma certa coletividade. Esse tipo de habitação se mostrou para o mercado como uma mercadoria altamente vendável (BRAGA e NASCIMENTO, 2009) o que reforça que, a questão do déficit sempre foi tratada como sendo quantitativa e, principalmente, econômica.

Para somar às questões do fluxo migratório e do interesse do mercado na questão do déficit habitacional, existe também o fato de que os governos indicam quais são as prioridades de suas gestões. Ou seja, dependendo de qual é o foco de suas ações pode haver maior ou menor intenção na resolução de um problema que, como se pode perceber, não é apenas quantitativo, assim como pode haver formas diferentes de se pensar as cidades, como fica claro no trecho abaixo:

A ocupação desordenada do solo urbano, nos chamados loteamentos clandestinos, resulta em áreas sem infra-estrutura adequada, com falta de áreas verdes e grande concentração de moradias, que transformam bairros inteiros em locais impróprios para morar. Outras situações também demandam políticas habitacionais: algumas são facilmente observáveis, como a dos chamados “moradores de rua”; outras são menos visíveis, como casas e apartamentos congestionados ou sem condições de conservação para garantir a saúde de seus ocupantes (GENEVOIS e COSTA, 2001, p.73).

Essa breve síntese histórica do déficit habitacional no Brasil serve para contextualizar o presente estudo, pois, além de um problema quantitativo, como anteriormente explicado e exemplificado, o déficit se mostra como estrutural uma vez que não compreende apenas a falta de moradia, mas também a habitação em domicílios precários ou rústicos, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo de domicílios alugados.

As questões são sentidas pela sociedade e se traduzem em um aumento da vulnerabilidade social, o que faz com que uma parte da sociedade civil se organize. Os resultados dessas organizações se expressam em movimentos populares que defendem as condições dignas de moradia por meio de projetos, que incluem levantamentos de imóveis desabitados, a quantidade de famílias desabrigadas ou das que vivem em situação de déficit.

Esses movimentos se pautam na ideia de uma reforma urbana, que extrapola a questão da moradia e entra na questão do direito à cidade. Não são apenas (e isso já seria muita coisa) movimentos por moradia, e sim por uma redução na violação do direito à cidade, que nada mais é do que o impedimento dos indivíduos de usufruírem do que a cidade tem a oferecer. O Estado, por sua vez, tenta construir saídas eficazes para o problema, como fica evidente na apresentação de uma espécie de cartilha intitulada Direito à moradia digna, publicado em 2013 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O Brasil, nos últimos anos, criou uma série de normativas e legislações em consonância com os tratados e convenções internacionais para garantir os direitos humanos e consolidá-los como política pública. No curso da história republicana, os direitos humanos se consolidam como obrigações do Estado brasileiro, a ser garantidas como qualquer outra política. Esta mudança de status significa um redesenho do funcionamento das estruturas estatais, visando a que elas possam dar respostas efetivas na garantia dos direitos humanos, conforme os compromissos assumidos em âmbito internacional pelo país (Nunes, 2013, p.7).

2.1. Situação e o contexto de Goiás

A escolha de abordar o contexto de Goiás pela perspectiva da criação de Goiânia, se deu pelo fato de que as publicações que abordam a situação do déficit em Goiás são muito restritas à situação da capital do estado e não por ter maior relevância em relação as demais cidades do estado.

Desejada e concebida por Pedro Ludovico nos anos 30, Goiânia como a capital do estado, seria o sinônimo do que havia de mais moderno, se contrapondo ao que era a Cidade Goiás, capital do estado na época, e que representava tudo que era antigo e atrasado, como fica claro no trecho abaixo:

A modernidade também fez parte do discurso mudancista e teve forte influência no convencimento da população. Pois ao se trabalhar a retirada da capital de Goiás e entregar a promissora Goiânia, o peso da idade da cidade, concebida em 1725 e vista com ares tradicionalista, foi posto como arcaico ou atrasado. Ou seja, a relação do moderno e atrasado foi colocada de forma a conduzir o pensamento para o bom e o mau, o progresso e a estagnação, o libertário e o controlador (MENDES, 2013, p.21).

Apesar de inspirar ares de modernidade, de ter desde o seu planejamento a participação de mão de obra altamente qualificada, a nova capital foi projetada para uma população muito modesta: 50 mil habitantes, e logo cresceu para além do planejado, fazendo com que outras regiões começassem a ser povoadas, desobedecendo a ideia inicial do planejamento. E isso se deu porque no planejamento inicial, a cidade de Goiânia seria dividida em três zonas urbanísticas e, nenhuma delas, era destinada à moradia dos trabalhadores que fizeram parte da construção da cidade, o que resultou nessa ocupação desordenada do solo urbano em setores que distanciaram do plano original e que com isso, iniciaram o processo de *favelização* (Melo, 2015).

Os trabalhadores que atuaram na construção da nova capital, por não possuírem renda para adquirir moradia, deram origem ao chamado “sistema de invasão”, que por sua vez, passou a ser a solução para quem procurava trabalho, moradia e uma qualidade de vida mas que não possuíam capital financeiro para adquirir moradia em uma das regiões planejadas da capital. Mas é claro que uma situação dessa dimensão não passou despercebida pelo poder público e ações foram realizadas com o intuito de resolver essa situação, até porque o problema habitacional não era uma exclusividade da nova capital. A alternativa encontrada para abrigar essas famílias foi a criação de loteamentos, em regiões mais afastadas, como os setores Vila Nova e Pedro Ludovico.

A situação tem uma mudança mais significativa com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) que foi uma iniciativa em âmbito nacional, em Goiás a Companhia de Habitação de Goiás foi criada como intuito de resolver a problemática habitacional e iniciativas foram tomadas no período que compreende os anos 1964 a 1975. Existem muitas críticas com relação às ações, uma vez que a solução foi a criação da Vila Itatiaia e o Jardim Guanabara II e III que, como pontua Melo (2015)

O Jardim Guanabara pode ser considerado fruto da segregação planejada de Goiânia, nasceu na “franja” da cidade modernista, onde a gestão pública promoveu e permitiu que a população de baixa renda permanecesse sem equipamentos públicos ou condições de vida adequadas (Melo, 2015, p.10).

Diante ainda da necessidade de uma solução efetiva para a questão habitacional, é realizada a fusão da Companhia de Habitação de Goiás com a Companhia Habitacional do Estado de Goiás e é criada o que conhecemos hoje como Agência Goiana de Habitação S/A (Agehab). Desde então a Agehab tem como função a

[...] elaboração e implementação das políticas públicas de habitação voltada para o desenvolvimento urbano, com objetivo de promover o acesso universal à moradia digna. É sua função manter a consonância das políticas públicas de habitação com as demais políticas públicas e com a sociedade civil organizada no Estado. Hoje, a Agehab atua como construtora de unidades habitacionais de interesse social e como executora da regularização fundiária em todo o território goiano (Agehab).

2.2. Planos e Ações do estado de Goiás – AGEHAB

Desde a sua criação através da lei estadual 13.532, de 15 de outubro de 1999, que foi resultante da fusão da Companhia de Habitação de Goiás (Cohab), e da Companhia Habitacional do Estado de Goiás (Chego), a Agehab conta com planos e ações que visam impactar diretamente na realidade do déficit no estado de Goiás. A seguir apresentam-se os programas e ações desenvolvidos nessa área.

- **Casa Legal:** criado em 2011, visa a regularização fundiária de loteamentos irregulares;
- **Cheque Mais Moradia:** atualização do programa Cheque Moradia, tem a finalidade de viabilizar a aquisição da casa própria. Se divide em quatro modalidades: Cheque Mais Moradia Sub-20 – destinado a municípios com 20 mil habitantes; Cheque Mais Moradia Sub-50 – destinado a municípios com 50 mil habitantes; Cheque Comunitário – destinado a prefeituras e entidades; e Cheque Reforma.

Além desses programas, fazem parte das iniciativas voltadas à questão habitacional o Plano Estadual de Habitação e Interesse Social, bem como os planos municipais de habitação. Tais instrumentos visam consolidar o planejamento de ações direcionadas às necessidades e demandas da sociedade na temática habitacional

3. Base de Dados e Metodologia

3.1. Base de Dados

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que reúne informações sobre as famílias de baixa renda de todo país, permitindo ao Governo um melhor conhecimento da realidade socioeconômica dessa parcela da população. Nessa base são cadastradas as famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, ou que possuem renda familiar mensal de até três salários mínimos; ou famílias com renda maior que três salários mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo. Ressalta-se que pessoas que vivem em situação de rua (sozinhas ou com a família) também podem ser cadastradas⁴.

Para além disso, inclusive nos últimos anos, há a necessidade de cadastramento das famílias nessa base em razão de uma exigência de manutenção das informações cadastrais atualizadas e também por conta de um pré-requisito obrigatório para que as pessoas tenham

⁴ Nesse caso, as pessoas devem procurar algum posto de atendimento da assistência social e perguntar como fazer para ser incluído no Cadastro Único.

acesso aos programas sociais ofertados por todas as esferas governamentais. Dessa forma, são registradas diversas informações relacionadas às características do domicílio e das pessoas, como escolaridade, raça, idade, situação de trabalho e renda. Com isso, essas pessoas conseguem acessar diversas políticas públicas ofertadas pelo Governo Federal, como o Programa Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Programa Minha Casa Minha Vida, a Bolsa Verde, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Isenção de taxa de inscrição em concursos públicos, o Programa de Fomento e Assistência Técnica às Atividades Produtivas Rurais, o Programa Cisternas e o Programa Nacional de Reforma Agrária⁵.

Outro benefício do CadÚnico é a parceria mantida pelos três entes federativos para a manutenção do cadastro. Conforme o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, a execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre a esfera federal, estadual, municipal, além do Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o órgão responsável e a Caixa Econômica Federal⁶ é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O papel da esfera estadual se dá no apoio técnico aos municípios na gestão do Cadastro Único. A gestão municipal, inclusive do Distrito Federal, identifica as famílias de baixa renda, realiza seu cadastramento, registra os dados na base nacional do Cadastro Único, mantém as informações atualizadas e analisa possíveis inconsistências.

Apesar de toda funcionalidade do programa, ainda existem limitações na utilização do CadÚnico no tocante ao cálculo do Déficit Habitacional, uma vez que o foco do cadastro é a família, e não o domicílio. Assim, não é possível identificar casos em que há mais de uma família convivendo dentro de um mesmo domicílio e nem se estariam de fato inscritas no cadastro. Além disso, também não é possível identificar qual é a família principal e/ou a secundária do domicílio (IJSN, 2015). Outra limitação se refere a possibilidade de famílias de baixa renda e de pessoas em situação de rua não estarem cadastradas, seja pela falta de documentação, pela dificuldade de acesso aos centros de cadastros⁷ ou por deixarem alguns campos do cadastro sem preencher. Além disso, existe o fato de que a auto declaração das informações constantes no CadÚnico, podem eventualmente gerar distorções nos resultados. Este é um risco inerente a este tipo de cadastro, pois, em algumas categorias de análise, há pessoas que não declaram as categorias de raça e de escolaridade, por exemplo.

⁵ As informações foram consultadas no manual de gestão do CadÚnico, disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf>

⁶ Responsabilidades: Desenvolver o Sistema de Cadastro Único; realizar o processamento dos dados cadastrais e atribuir o Número de Identificação Social (NIS) para cada pessoa cadastrada; enviar os formulários de cadastramento aos municípios; capacitar gestores e técnicos para a operação do Sistema de Cadastro Único; prover atendimento operacional aos municípios, entre outras atribuições.

⁷ Possivelmente, "...populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou distantes ou mesmo desconhecimento de seus direitos..." (IJSN, 2015, p.12)

3.2. Metodologia

No Brasil, a metodologia de referência relacionada à questão habitacional é o Indicador de Déficit Habitacional da Fundação João Pinheiro (FJP), que desde a década de 1990 realiza o cálculo com base no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou pelos dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), sendo adotado oficialmente pelo Governo Federal. Com esse índice, é possível construir e direcionar políticas públicas habitacionais para atender à demanda das esferas governamentais (IPEA, 2013).

Segundo a FJP (2013), em linhas gerais, o conceito de déficit habitacional está diretamente ligado às deficiências no estoque de moradia, ou habitação precária. Dentro desse composto, é averiguado se a família vive em um domicílio improvisados ou domicílio rústico. O déficit habitacional também está relacionado à necessidade de incremento deste estoque, em que são relacionados outros três compostos. O primeiro deles é a coabitação familiar, constituído pelos cômodos⁸ e pelas famílias conviventes secundárias que visam construir um novo domicílio. O segundo é o ônus excessivo com aluguel urbano, que faz referência às famílias com renda familiar de até três salários mínimos que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel. O último deles é o adensamento excessivo em domicílios alugados, que ocorre quando há mais de três moradores por dormitório em residências alugadas. Dessa forma, a soma dos componentes supracitados integra o indicador do déficit habitacional.

Um ponto a ser destacado é o fato de que somente é possível a desagregação das estimativas da FJP em nível municipal nos anos censitários. Por conta disso, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) adaptou e aplicou a metodologia na base de informações do CadÚnico para o conhecimento da realidade habitacional nos municípios do estado do Espírito Santo em anos entre censos. Ressalta-se que em ambas as metodologias, o parâmetro de baixa renda é um critério de relevância estabelecido para a análise do déficit habitacional, uma vez que, de acordo com FJP (2010)⁹, no ano de 2010 aproximadamente 66,6% do déficit habitacional do Brasil estava concentrado entre as famílias com renda domiciliar de zero até 3 salários mínimos (SM).

Como a estimação de uma parcela da coabitação familiar pelo subcomponente de famílias compartilhando um mesmo domicílio não foi possível pelo CadÚnico. Dessa forma, o componente de Coabitação Familiar do déficit habitacional refere-se apenas à parcela dos domicílios formados por cômodos (IJSN, 2016). Assim, dada as limitações relacionadas ao CadÚnico, o IJSN efetuou uma checagem de aderência do Formulário Principal de

⁸ Segundo IBGE, um cômodo é um domicílio de particular com um ou mais aposentos situados em casa de cômodo, cortiço, cabeça de porco e outros (FJP, 2013).

⁹ Com base no Censo Demográfico 2010.

Cadastramento frente à metodologia de referência. Então, comparou-se cada componente do déficit habitacional às variáveis do CadÚnico que permitiam sua averiguação. O Quadro 1 apresenta uma síntese dessa checagem segundo as variáveis presentes nos formulários do CadÚnico, na qual são sistematizadas aquelas relacionadas ao cálculo.

Apesar de todas as limitações e inconsistências, a aplicação da metodologia da FJP ao CadÚnico em seu formulário atual teve aderência no cômputo de quatro componentes, com alguns ajustes (IJSN, 2017). Porém, neste trabalho há a desagregação do componente de habitação precária por domicílios improvisados e domicílios rústicos.

Quadro 1 – Resumo da aplicação da metodologia de cálculo do déficit habitacional (FJP) no banco do CadÚnico

Componente	Variável do CadÚnico	Registros utilizados como Déficit Habitacional	Observação
1.1 Habitação precária com domicílios improvisados	- Espécie do domicílio (V2.02)	Particular improvisado	
1.2 Habitação precária com domicílios rústicos	- Material predominante na construção das paredes externas (V2.06)	Taipa não revestida, ou madeira aproveitada, ou palha ou outro material	
2. Coabitação familiar (Cômodo)	- Quantos cômodos tem seu domicílio (V2.03)		Não é possível estimar a intenção de formar domicílio exclusivo.
3. Ônus excessivo com aluguel urbano	- Despesa com aluguel (V3.10 – item 6) - No mês passado recebeu remuneração de trabalho? (V 8.05) - Local onde está situado o seu domicílio (V 2.01)	Registro da despesa (valor) Registro da renda (valor) V 2.01 = urbano	Verificação de comprometimento acima de 30% da renda familiar com despesa de aluguel
4. Adensamento excessivo em domicílios alugados	- Quantos cômodos estão servindo, permanentemente, de dormitório? (V 2.04) - Quantas pessoas moram no seu domicílio? (V 3.07) - Se alugado (V3.10 – item 6)	Registro do número dormitórios Registro do número de pessoas V3.10 = alugado	Verificação do número de moradores por cômodo utilizado como dormitório igual ou maior a 3.

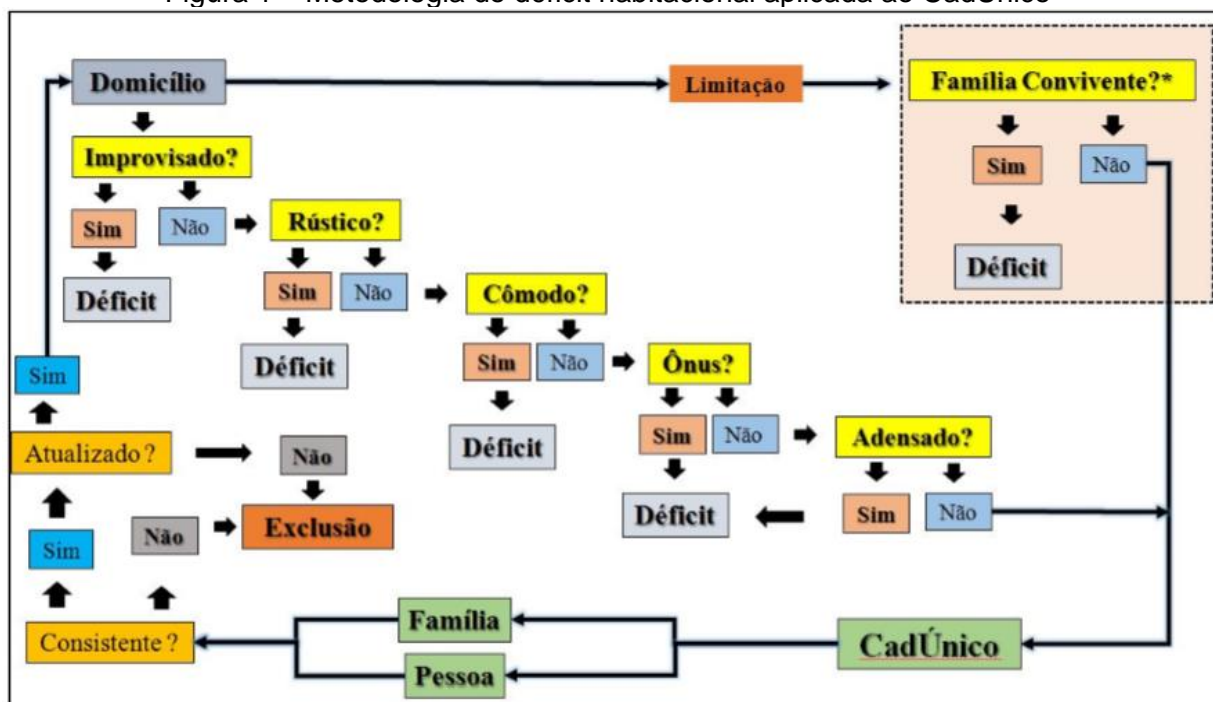
Fonte: FJP, 2014 e MDS, 2014 extraído de: IJSN, 2015.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

A Figura 1 apresenta o fluxograma do algoritmo para classificação dos domicílios e, portanto, para o cálculo do déficit habitacional utilizando-se a base de dados do CadÚnico. Em linhas gerais, é realizado a validação dos dados pelos critérios de consistência e de

atualização¹⁰, excluindo da base os cadastros que não satisfazem tais características. A consistência está relacionada aos registros que possuem conformidade entre o total de membros da base família e a quantidade de formulários de pessoas preenchidos na base pessoa¹¹ (IJSN, 2015), enquanto atualização faz referência àqueles que estavam até quatro anos do tempo de atualização, como propõe a instrução operacional nº 86/SENARC/MDS¹².

Figura 1 – Metodologia do déficit habitacional aplicada ao CadÚnico



Fonte: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Fundação João Pinheiro, 2013. IJSN (2015).
Elaboração e Adaptação: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Com o banco de dados validado, os domicílios são classificados, conforme suas características, de acordo com os componentes de déficit apresentados, ou não, com base no domicílio do CadÚnico. Vale ressaltar também que na aplicação dessa classificação não se permite que um domicílio seja categorizado em dois componentes de déficit. Então, se um domicílio é classificado como habitação precária com domicílios improvisados não pode ser classificado em outro componente, mesmo que possua características para tal.

Na Seção seguinte serão apresentados indicadores que se referem ao total em termos absolutos, de famílias e de pessoas, em situação de déficit habitacional nos municípios goianos. Será também exibido um indicador relativo a população estimada do município, que expressa o percentual de pessoas que estão nessa situação. Além disso, apresenta-se os

¹⁰ A base é do mês de Maio de 2018, mas com referência do mês de Março de 2018.

¹¹ Cada formulário descreve a situação da família e embora seja indicado o número de famílias residindo em um mesmo domicílio (variável 3.08), não é possível, a partir do banco de dados, distinguir que outra família/formulário descreve as características deste mesmo domicílio e, em última análise, não se pode inferir que a(s) outra(s) famílias sequer sejam cadastradas.

¹² Esse procedimento foi realizado pela diferença entre a data da última atualização cadastral e a data de referência da base de dados do CadÚnico.

perfis das pessoas que se encontram nessa circunstância. Dessa forma, com esses indicadores o poder público terá suporte para formular e/ou direcionar políticas públicas de forma mais efetiva e eficiente, com o intuito de dirimir esse problema na sociedade goiana.

4. Resultados

4.1. Perfil das Pessoas em Situação de Déficit

Antes de começar a explorar os resultados do déficit Habitacional, é necessário apresentar a análise descritiva da validação dos cadastros do CadÚnico com base nos requisitos de consistência e atualização, que foram descritos nas seções anteriores. Nota-se que, conforme a Tabela 1, das 797.924 famílias cadastradas na base de Maio de 2018, com referência de Março, aproximadamente 76% satisfazem os referidos requisitos. Isso corresponde a 608.122 de domicílios e o total de 1.625.533 pessoas. Na comparação com os registros do CadÚnico do ano de 2017, observa-se que há um crescimento do percentual das taxas de consistência e de atualização, o que indica um avanço na confiabilidade dos dados. O incremento foi de aproximadamente 2,2% de domicílios e 1,4% de pessoas de cadastros válidos.

Tabela 1 – Frequência Absoluta e Relativa de famílias e pessoas atualizadas e consistentes no CadÚnico do estado de Goiás nos anos de 2017 e 2018

Atualizado		Freq.	Consistente					
			2017			2018		
			Não	Sim	Total	Não	Sim	Total
Sim	Famílias	Abs.	175.736	596.776	772.512	179.191	608.122	787.313
		Rel. (%)	21,78	73,97	95,75	22,46	76,21	98,67
	Pessoas	Abs.	521.291	1.676.902	2.198.193	518.946	1.625.533	2.144.479
		Rel. (%)	22,86	73,54	96,40	23,94	74,99	98,92
Não	Famílias	Abs.	7.595	26.713	34.308	2.668	7.943	10.611
		Rel. (%)	0,94	3,31	4,25	0,33	1,00	1,33
	Pessoas	Abs.	17.358	64.631	81.989	5.768	17.552	23.320
		Rel. (%)	0,76	2,83	3,60	0,27	0,81	1,08
Total	Famílias	Abs.	183.331	623.489	806.820	181.859	616.065	797.924
		Rel. (%)	22,72	77,28	100,00	22,79	77,21	100,00
	Pessoas	Abs.	538.649	1.741.533	2.280.182	524.714	1.643.085	2.167.799
		Rel. (%)	23,62	76,38	100,00	24,20	75,80	100,00

Fonte: CadÚnico (Maio/2018).

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

A Tabela 2 apresenta a distribuição relativa e absoluta da ocupação principal do responsável pela família por componente de déficit. Nota-se que, na maioria dos casos, não existe informação sobre a ocupação do responsável familiar, independentemente do

componente de déficit.¹³ Das observações que possuem informação, a maioria trabalha por “conta própria”, ou seja, 31% dos responsáveis, seguido por “empregados com carteira assinada” (11%).

Tabela 2: Ocupação dos responsáveis da família, em situação de Déficit Habitacional, por tipo, em 2018

Ocupação principal	Adensamento		Coabitação		Improvizado		Ônus		Rústico		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Sem Informação	940	44,42	274	63,13	17.453	59,16	49.853	44,11	6.583	60,43	75.103	48,16
Aprendiz	0	0,00	0	0,00	6	0,02	15	0,01	0	0,00	21	0,01
Conta Própria	505	23,87	117	26,96	7.622	25,84	37.935	33,57	2.680	24,60	48.859	31,33
Doméstica com CT ass.	25	1,18	0	0,00	143	0,48	936	0,83	46	0,42	1.150	0,74
Doméstica sem CT ass.	49	2,32	5	1,15	497	1,68	3.448	3,05	214	1,96	4.213	2,70
Empregado com CT ass.	485	22,92	5	1,15	1.780	6,03	14.732	13,04	556	5,10	17.558	11,26
Empregado sem CT ass.	58	2,74	8	1,84	755	2,56	3.482	3,08	252	2,31	4.555	2,92
Empregador	0	0,00	0	0,00	3	0,01	23	0,02	6	0,06	32	0,02
Estagiário	4	0,19	0	0,00	21	0,07	394	0,35	2	0,02	421	0,27
Militar ou servidor	41	1,94	3	0,69	371	1,26	1.779	1,57	200	1,84	2.394	1,54
Trabalho Temporário	8	0,38	22	5,07	826	2,80	344	0,30	328	3,01	1.528	0,98
Trabalho não remunerado	1	0,05	0	0,00	25	0,08	73	0,06	26	0,24	125	0,08
Total	2.116	100,00	434	100,00	29.502	100,00	113.014	100,00	10.893	100,00	155.959	100,00

Fonte: CadÚnico (Maio/2018).

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas das características gerais relacionadas a todas as pessoas em situação de déficit habitacional no Estado de Goiás, com base no CadÚnico, no ano de 2018. Nota-se que a maioria das pessoas são do sexo feminino, inclusive nos componentes – exceto na coabitação familiar por cômodo. Em relação à raça, a maior representatividade foi de pessoas pardas, com mais de 70% do total, em todos os componentes. No que diz respeito a faixa etária nota-se que, considerando o total de déficit, 21% do total de pessoas possuem idade de 7 a 14 anos, aproximadamente, seguido pela faixa 00 a 06 anos, que aparece com 18%, e 30 a 39 anos com 15,8%. No que se refere a escolaridade, das pessoas que possuem informação de escolaridade (22% do total não tem informação), grande parte das pessoas (mais de 40% do total) possui Ensino Fundamental Incompleto, independente do componente de déficit.

¹³ A Tabela 2a em Anexo mostra que a maioria dos chefes de famílias são do sexo feminino (aproximadamente 85% do total). Percentual similar é encontrado na categoria de ocupação “Sem Informação” e Responsável do sexo feminino.

Tabela 3 – Características das pessoas em situação de Déficit Habitacional, por tipo, em 2018

Sexo	Adensamento		Coabitação		Improvisado		Ônus		Rústico		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Homem	4.682	46,75	434	51	31.786	44,79	129.035	40,36	13.015	46,06	178.952	41,64
Mulher	5.333	53,25	417	49	39.174	55,21	190.641	59,64	15.242	53,94	250.807	58,36
Total	10.015	100	851	100	70.960	100	319.676	100	28.257	100	429.759	100,00
Raça	Adensamento		Coabitação		Improvisado		Ônus		Rústico		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Sem Informação	2	0,02	0	0	79	0,11	181	0,06	30	0,11	292	0,07
Amarela	55	0,55	13	1,53	611	0,86	2.740	0,86	198	0,7	3.617	0,84
Branca	1.813	18,1	155	18,21	15.199	21,42	73.543	23,01	6.586	23,31	97.296	22,64
Indígena	20	0,2	8	0,94	73	0,1	317	0,1	60	0,21	478	0,11
Parda	7.627	76,16	606	71,21	51.584	72,69	228.708	71,54	19.097	67,58	307.622	71,58
Preta	498	4,97	69	8,11	3.414	4,81	14.187	4,44	2.286	8,09	20.454	4,76
Total	10.015	100	851	100	70.960	100	319.676	100	28.257	100	429.759	100,00
Faixa Etária	Adensamento		Coabitação		Improvisado		Ônus		Rústico		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
00 a 6 anos	2.100	20,97	130	15,28	12.014	16,93	60.100	18,8	3.212	11,37	77.556	18,05
7 a 14 anos	2.822	28,18	125	14,69	12.653	17,83	71.630	22,41	5.299	18,75	92.529	21,53
15 a 18 anos	1.023	10,21	46	5,41	5.237	7,38	27.512	8,61	2.477	8,77	36.295	8,45
19 a 24 anos	794	7,93	93	10,93	6.561	9,25	31.795	9,95	2.501	8,85	41.744	9,71
25 a 29 anos	693	6,92	62	7,29	4.986	7,03	27.456	8,59	1.620	5,73	34.817	8,10
30 a 39 anos	1.650	16,48	101	11,87	10.377	14,62	52.092	16,3	3.788	13,41	68.008	15,82
40 a 49 anos	652	6,51	84	9,87	7.430	10,47	25.532	7,99	3.279	11,6	36.977	8,60
50 a 59 anos	191	1,91	90	10,58	5.642	7,95	12.357	3,87	2.855	10,1	21.135	4,92
60 anos ou mais	90	0,9	120	14,1	6.060	8,54	11.202	3,5	3.226	11,42	20.698	4,82
Total	10.015	100	851	100	70.960	100	319.676	100	28.257	100	429.759	100,00
Escolaridade	Adensamento		Coabitação		Improvisado		Ônus		Rústico		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Sem Informação	2.360	23,56	215	25,26	17.929	25,27	71.765	22,45	5.885	20,83	98.154	22,84
Fundamental completo	682	6,81	89	10,46	5.959	8,4	25.480	7,97	2.723	9,64	34.933	8,13
Fundamental incompleto	5.138	51,3	378	44,42	31.081	43,8	139.429	43,62	14.207	50,28	190.233	44,27
Médio completo	840	8,39	96	11,28	8.999	12,68	43.679	13,66	2.577	9,12	56.191	13,08
Médio incompleto	961	9,6	70	8,23	6.685	9,42	36.016	11,27	2.742	9,7	46.474	10,81
Superior completo	7	0,07	2	0,24	73	0,1	401	0,13	31	0,11	514	0,12
Superior incompleto	27	0,27	1	0,12	234	0,33	2.906	0,91	92	0,33	3.260	0,76
Total	10.015	100	851	100	70.960	100	319.676	100	28.257	100	429.759	100,00

Fonte: CadÚnico (Maio/2018).

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

4.2. Análise do déficit e espacialização

Em 2018 cerca de 156.159 famílias (25,6% do total do CadÚnico) estão em condições de déficit, correspondendo a 429.759 pessoas (26,4% do total do CadÚnico). Isso revela uma queda do percentual médio de pessoas nessa situação no Estado, com redução de 6,7%, em 2017, para 6,3% em 2018, aproximadamente¹⁴. Em termos absolutos, na

¹⁴ Cálculo feito pela divisão do número de pessoas em Déficit (a exemplo 429.759 pessoas em 2018) pela população estimada (Ver no site http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1211:proje%C3%A7%C3%A3o-da-popula%C3%A7%C3%A3o-goiana-2011-2020-idade-e-sexo&catid=225&highlight=WyJwb3B1bGFcdTAwZTdcdTAwZTNvI0=&Itemid=188).

comparação com o ano de 2017, nota-se uma redução de aproximadamente 6 mil famílias, representando cerca de 27 mil pessoas. Todos esses dados são ilustrados na Tabela 4.

Tabela 4 – Frequência Absoluta e Relativa de famílias e pessoas em situação de déficit habitacional no estado de Goiás em 2017 e 2018.

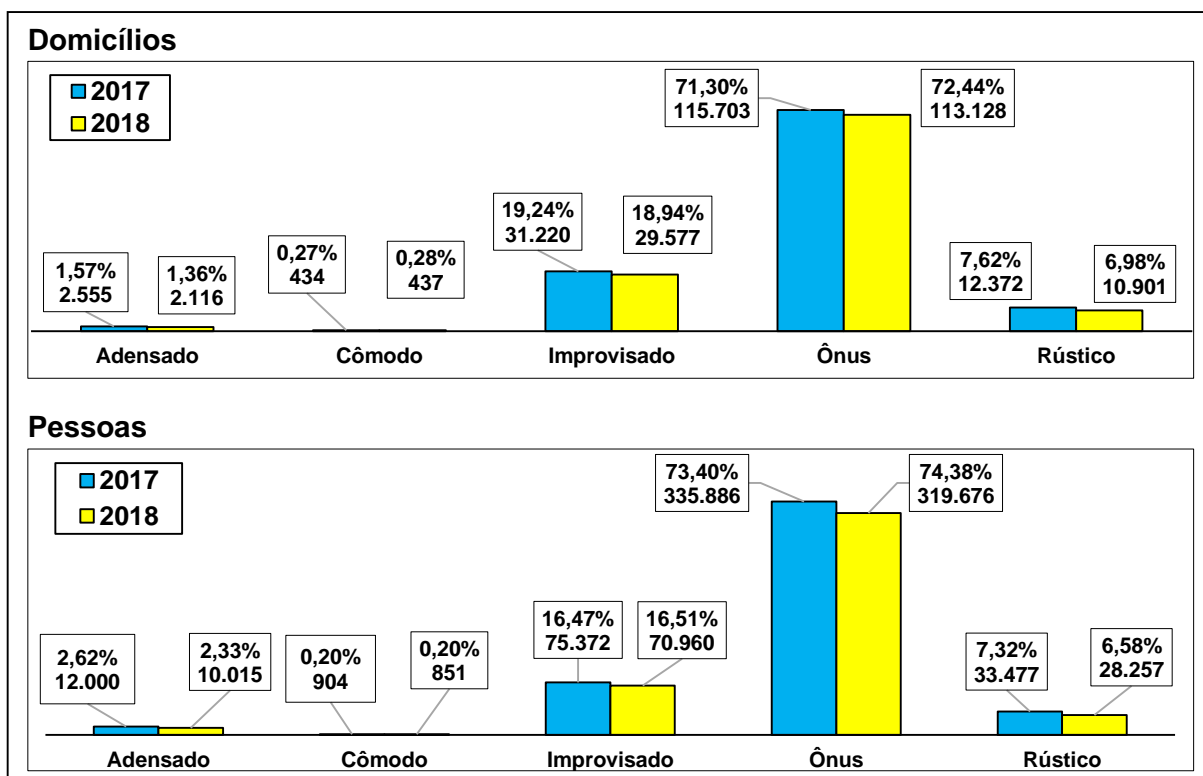
Déficit		Ano				Diferença Absoluta	Variação Rel. (%)
		2017		2018			
		Freq. Abs.	Freq. Rel. (%)	Freq. Abs.	Freq. Rel. (%)		
Sim	Famílias	162.284	27,19	156.159	25,68	-6.125	-3,77
	Pessoas	457.639	27,29	429.759	26,44	-27.880	-6,09
Não	Famílias	434.492	72,81	451.963	74,32	-	-
	Pessoas	1.219.263	72,71	1.195.774	73,56	-	-
Total	Famílias	596.776	100,00	608.122	100,00	-	-
	Pessoas	1.676.902	100,00	1.625.533	100,00	-	-

Fonte: CadÚnico (Maio/2018).

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

No que diz respeito à distribuição das famílias e das pessoas em situação de déficit habitacional no estado de Goiás, a situação de maior expressividade é a do ônus com aluguel urbano, contando com pelo menos 71% de famílias em 2018. Em termos absolutos, cerca de 113 mil famílias estão nessa condição, o que corresponde a 319 mil pessoas. Logo em seguida, a habitação precária por habitação improvisada corresponde a 18% das famílias em situação de déficit. Por outro lado, o componente de menor representatividade, em termos absolutos e relativos, é a de coabitação por cômodo, equivalendo menos de 1% do déficit habitacional total. Todas essas informações estão ilustradas na Figura 2.

Figura 2 – Representação gráfica dos valores absolutos e relativos das famílias e das pessoas, por componente, em situação de Déficit Habitacional, entre 2017 e 2018



Fonte: CadÚnico (Maio/2018).

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

A Tabela 5 apresenta o ranking de distribuição absoluta e relativa do número das famílias do estado de Goiás em situação de déficit habitacional por município em cada componente do déficit. Isso nos fornece informações diretas sobre as necessidades habitacionais vivenciadas no âmbito local e regional. No tocante do componente de habitação precária por domicílio improvisado, o município de Águas Lindas de Goiás apresenta a maior representatividade do estado, com 28% do total do estado e 8 mil famílias nessa situação em 2018. Nesse mesmo ano, Rio Verde, aparecendo em primeiro lugar no ranking para tal componente, tem aproximadamente 15% de representatividade estadual das famílias, (correspondendo a 1.717 famílias) vivendo em habitação rústica.

O déficit habitacional é um problema relevante também na região metropolitana de Goiânia. O município de Aparecida de Goiânia é o lugar que mais suporta o problema de adensamento excessivo no estado, concentrando aproximadamente 14,37% do total desse componente em 2018. Ao mesmo tempo, Goiânia é o município em que o déficit habitacional é mais intenso, onde vivem cerca de 13,65% das famílias goianas que enfrentam este problema em 2018, principalmente por ser o lugar onde há mais famílias vivenciando a questão do ônus excessivo com aluguel, componente que mais influencia o déficit habitacional em Goiás.

Tabela 5 – Ranking dos municípios do Estado de Goiás cujas famílias estão em situação de maior Déficit Habitacional, em número absolutos e relativos

Município	Habitação precária											
	Improvisado			Rústico								
	2017		2018	2017		2018						
Qtde.	%	Rank	Qtde.	%	Rank	Qtde.	%	Rank	Qtde.	%	Rank	
Águas Lindas de Goiás	8.460	27,10	1	8.335	28,18	1	1.959	15,83	1	1.717	15,75	1
Aragarças	1.134	3,63	4	1.303	4,41	2	404	3,27	3	430	3,94	2
São João d'Aliança	343	1,10	20	1.036	3,50	3	516	4,17	2	348	3,19	3
Santo Antônio do Descoberto	1.149	3,68	3	1.019	3,45	4	299	2,42	6	327	3,00	4
Goiânia	1.434	4,59	2	1.008	3,41	5	317	2,56	4	272	2,50	5
Corumbá de Goiás	1.037	3,32	6	913	3,09	6	212	1,71	11	223	2,05	6
Jaraguá	1.134	3,63	4	659	2,23	7	288	2,33	7	223	2,05	6
Formosa	556	1,78	12	648	2,19	8	253	2,04	8	221	2,03	8
Edéia	528	1,69	13	642	2,17	9	134	1,08	21	208	1,91	9
Caiapônia	644	2,06	9	537	1,82	10	308	2,49	5	206	1,89	10
Total	31.220	100,00		29.577	100,00		12.372	100,00		10.901	100,00	

Município	Adensado						Município	Cômodo					
	2017			2018				2017			2018		
	Qtde.	%	Rank	Qtde.	%	Rank		Qtde.	%	Rank	Qtde.	%	Rank
Aparecida de Goiânia	357	13,97	1	304	14,37	1	Formosa	90	20,74	1	60	13,73	1
Goiânia	354	13,86	2	259	12,24	2	Goiânia	22	5,07	2	22	5,03	2
Anápolis	147	5,75	4	122	5,77	3	Flores de Goiás	12	2,76	5	20	4,58	3
Luziânia	119	4,66	5	91	4,30	4	Senador Canedo	16	3,69	3	18	4,12	4
Senador Canedo	107	4,19	6	91	4,30	4	Luziânia	14	3,23	4	11	2,52	5
Novo Gama	156	6,11	3	83	3,92	6	Anápolis	8	1,84	10	10	2,29	6
Trindade	81	3,17	8	68	3,21	7	Cristalina	5	1,15	19	10	2,29	6
Cristalina	54	2,11	11	63	2,98	8	Águas Lindas de Goiás	9	2,07	7	10	2,29	6
Rio Verde	105	4,11	7	62	2,93	9	Trindade	9	2,07	7	9	2,06	9
Caldas Novas	74	2,90	9	58	2,74	10	Aparecida de Goiânia	11	2,53	6	8	1,83	10
Total	2.555	100,00		2.116	100,00		Total	434	100,00		437	100,00	

Município	Ônus Excessivo com aluguel						Município	Total de Déficit					
	2017			2018				2017			2018		
	Qtde.	%	Rank	Qtde.	%	Rank		Qtde.	%	Rank	Qtde.	%	Rank
Goiânia	20.241	17,49	1	19.903	17,59	1	Goiânia	22.204	13,68	1	21.308	13,65	1
Anápolis	10.247	8,86	2	9.163	8,10	2	Águas Lindas de Goiás	9.930	6,12	3	10.076	6,45	2
Aparecida de Goiânia	8472	7,32	3	8.152	7,21	3	Anápolis	10.756	6,63	2	9.534	6,11	3
Rio Verde	5.984	5,17	4	4.895	4,33	4	Aparecida de Goiânia	8.921	5,50	4	8.538	5,47	4
Luziânia	3.423	2,96	5	3.422	3,02	5	Rio Verde	8.386	5,17	5	7.005	4,49	5
Senador Canedo	2.962	2,56	7	3.366	2,98	6	Luziânia	3.833	2,36	6	3.731	2,39	6
Trindade	3.393	2,93	6	2.891	2,56	7	Senador Canedo	3.168	1,95	8	3.542	2,27	7
Caldas Novas	2.602	2,25	8	2.445	2,16	8	Trindade	3.548	2,19	7	3.100	1,99	8
Catalão	1.904	1,65	9	2.110	1,87	9	Caldas Novas	2.955	1,82	9	2.743	1,76	9
Águas Lindas de Goiás	1.382	1,19	17	1.644	1,45	10	Catalão	2.012	1,24	12	2.225	1,42	10
Planaltina	1.573	1,36	12	1.644	1,45	10	Total	162.284	100,00		156.159	100,00	

Fonte: CadÚnico (Maio/2018).

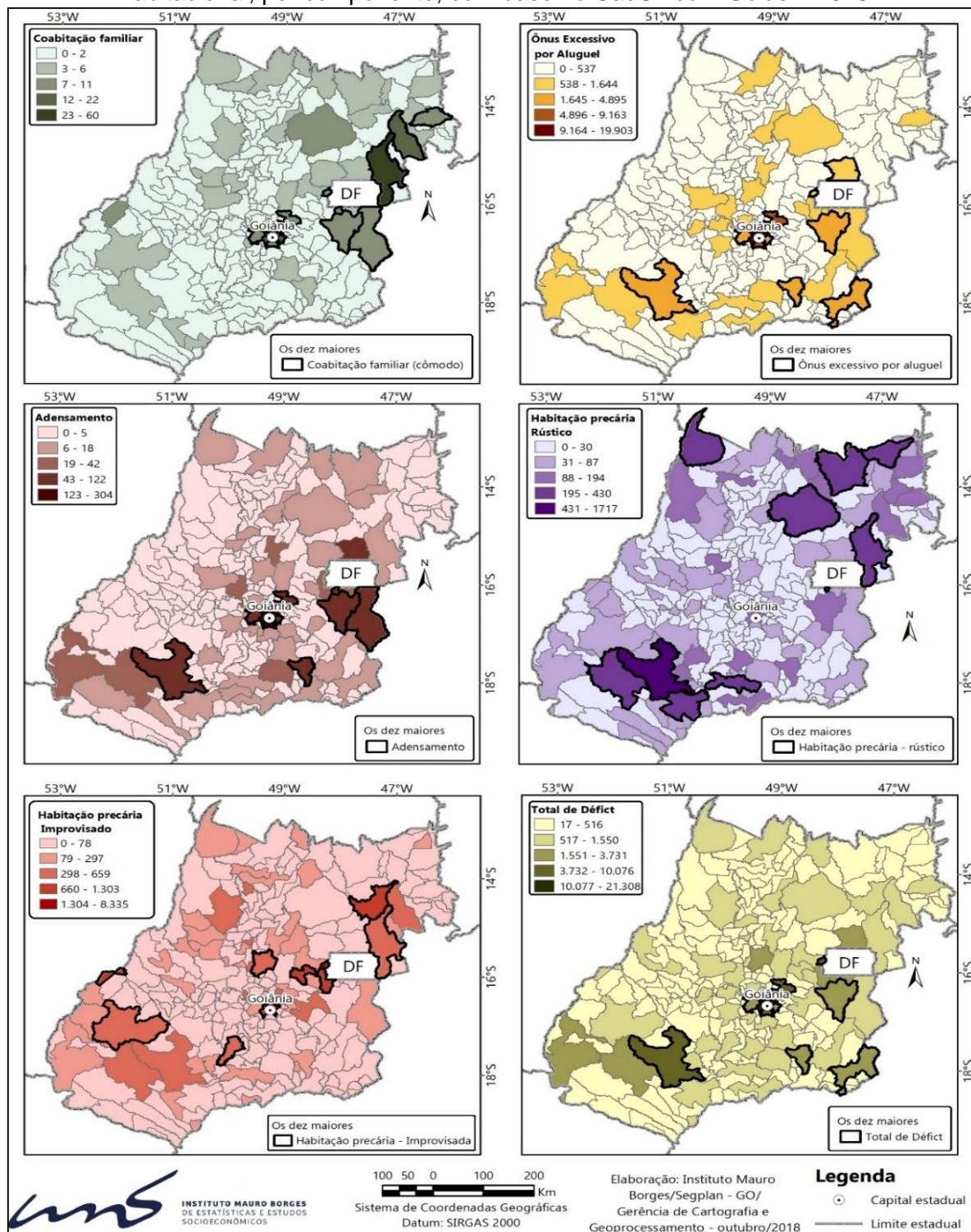
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

A Figura 3 apresenta a espacialização do número de famílias em situação de déficit habitacional por componente¹⁵. As classes foram construídas de acordo com o método de Quebras Naturais (JENKS, 1967)¹⁶. Em alguns componentes, nota-se que existe uma tendência de maior ou menor ocorrência desse indicador em algumas regiões, como se observa no Entorno e na Região Metropolitana de Goiânia. Nessas regiões é observada uma maior ocorrência dos componentes de coabitação familiar por cômodo, de adensamento e de ônus excessivo com aluguel.

¹⁵ A Tabela 3a, em Anexos, apresenta os dados mais completos para todos os municípios.

¹⁶ Esse método se baseia em agrupamentos naturais inerentes aos dados, onde as quebras de classe que agrupam valores semelhantes e, ao mesmo tempo, maximizam as diferenças entre classes.

Figura 3 – Espacialização em números absolutos das famílias em situação de déficit habitacional, por componente, com base no CadÚnico – Goiás – 2018



Fonte: CadÚnico (Maio/2018).

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

A Figura 4 apresenta a espacialização da proporção¹⁷ de pessoas em situação de déficit habitacional em relação a projeção da população municipal¹⁸ do ano de 2018¹⁹. Com

¹⁷ Na Tabela 4a, em Anexo, apresenta os dados mais completos para todos os municípios.

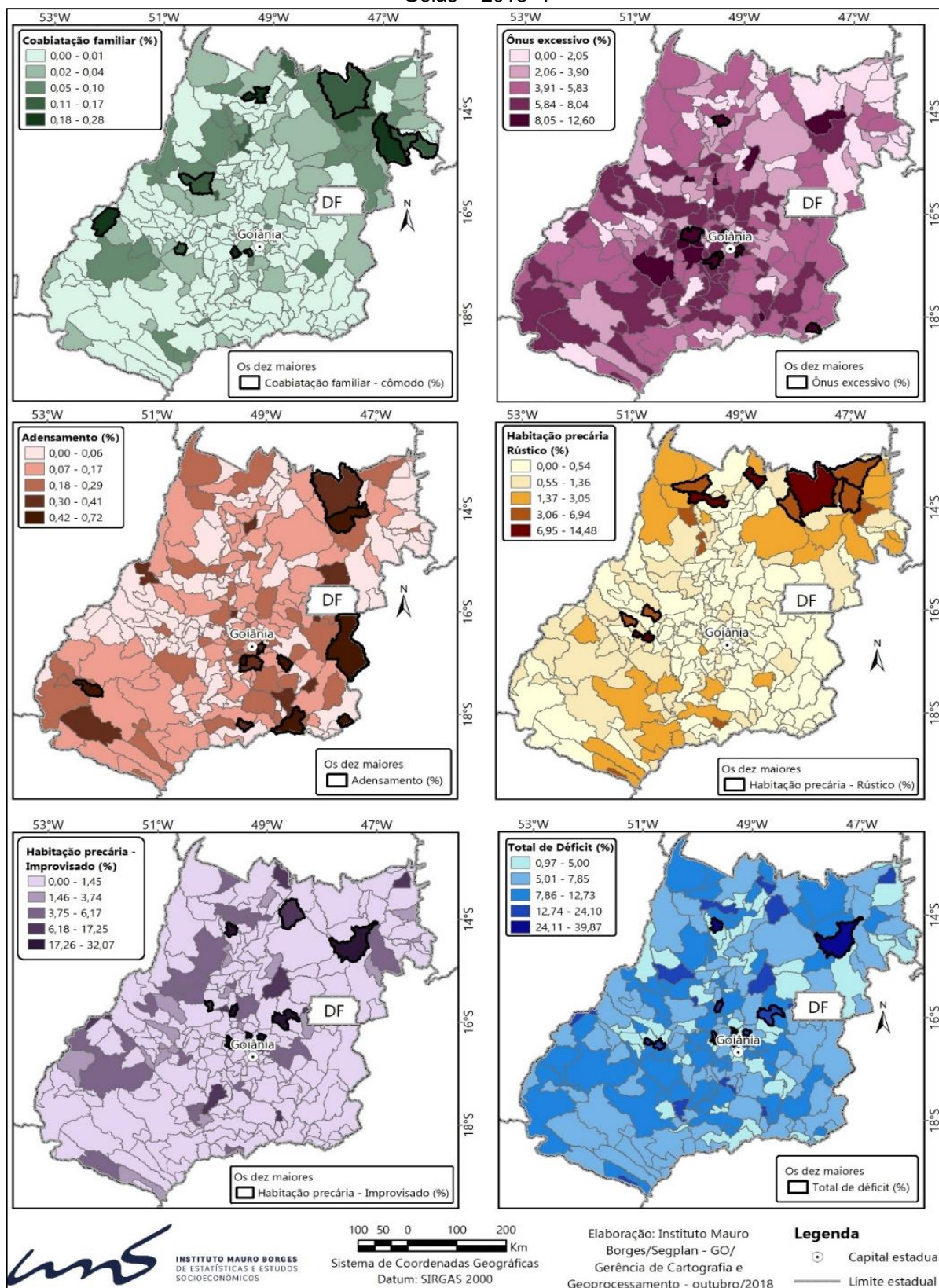
¹⁸ Disponível

em: <http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=225&Itemid=188>

¹⁹ A classes foram construídas da mesma forma da Figura 3.

esse viés, é possível verificar os municípios que existem maior ou menor prevalência desse indicador no estado. Notam-se que os municípios com as maiores parcelas da população em situação de Déficit possuem, em geral, populações pequenas e menores atividades econômicas. Também não existe uma concentração em determinadas regiões, exceto nos componentes de coabitação familiar por cômodo, habitação precária com domicílio rústico que possuem maiores prevalência na região nordeste do estado. Por outro lado, nessa região nota-se que menores valores relacionados ao componente de ônus excessivo por aluguel.

Figura 4 – Espacialização por participação de pessoas em situação de Déficit Habitacional, por componente, com base no CadÚnico em situação de déficit habitacional pela população municipal – Goiás – 2018²⁰.



Fonte: CadÚnico (Maio/2018).

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

²⁰ Tabela 1a, em Anexo, apresenta-se o ranking dos 10 municípios com maiores representatividades de pessoas em situação de Déficit.

5. Considerações Finais

Ao se analisar os dados do Cadastro Único (CadÚnico), percebe-se que entre os anos de 2017 e 2018 há uma redução nas famílias em situação de déficit habitacional em Goiás. Entretanto, ainda são encontradas aproximadamente 6,3%²¹ da população goiana nesta situação, ante a 6,7% no ano anterior, que pode ser uma porcentagem ainda maior, haja vista o fato de não ser possível verificar um dos componentes de coabitação domiciliar, além de que nem todas as famílias de baixa renda do estado estão registradas na base.

De acordo com os resultados encontrados, nota-se que dentre a população que enfrenta o problema do déficit habitacional em Goiás é, em sua maioria, de cor parda e com apenas o ensino fundamental completo. No total, 429.759 pessoas estão inseridas no quadro de déficit habitacional, das quais 74,38% se enquadram no componente de ônus com aluguel urbano e 16,51% no de habitação improvisada. Dentre os municípios, Goiânia é onde há mais famílias em quadro de déficit habitacional no estado, com 13,65% do total, e também em circunstância de ônus com aluguel, 17,59%. Águas Lindas de Goiás é o município onde há mais famílias vivendo em habitações improvisadas (28,18%), enquanto Rio Verde é onde há mais habitações rústicas (15,75%).

Além disso, percebe-se que o problema não é só restrito às grandes cidades, mas também nos municípios menores em termos populacionais. Ao mesmo tempo em que há uma tendência de concentração de famílias que se encontram em alguns dos componentes, como ônus com aluguel e coabitação familiar em regiões populosas do estado, como nas regiões Metropolitana de Goiânia e no Entorno de Brasília, existem também outros componentes, como a coabitação familiar por cômodo e a habitação em domicílio rústico, são igualmente presentes em municípios menores.

Esses resultados contribuem para que a gestão pública – seja federal, estadual ou municipal – formule políticas que visem reduzir esse problema estrutural no país. Este trabalho, além de ilustrar a situação de déficit habitacional no estado de Goiás, também propõe criar novas ferramentas aos gestores facilitando a visualização da evolução de tal fenômeno nos municípios, bem como permitir o acesso aos dados trabalhados neste estudo. Tendo isso em mente, desenvolveu-se um [dashboard](#)²², que compila todas as informações

²¹ Cálculo feito pela divisão do número de pessoas em Déficit (429.759 pessoas em 2018) pela população estimada Ver no site:

<http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1211:proje%C3%A7%C3%A3o-da-popula%C3%A7%C3%A3o-goiana-2011-2020-idade-e-sexo&catid=225&highlight=WyJwb3B1bGFcdTAwZTdcdTAwZTNvIIO=&Itemid=188>.

²² Disponível em:

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZGEwZDZhZTgtMmY4MS00MWQ1LWFmZjYtYTY2Yjc2Y2I2YWZjIiwidCI6IjkyNmQ3NjhkLWFmMTYtNDA0MS04MzZiLTk1MmJlODQxMTQ4ZiJ9>>

em gráficos e tabelas de maneira interativa, sendo possível analisar a situação de cada município por vez sendo possível compará-la com a de outra cidade.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA Goiana de Habitação. Disponível em: <<http://www.agehab.go.gov.br/agencia.html>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: [s.n.], 2016. 18 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

GENEVOIS, Marie Louise Bulhões Pedreira; COSTA, Olavo Viana. Carência Habitacional e Déficit de Moradias: Questões Metodológicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 73-84, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8591.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2018.

JENKS, G. F. 1967. **The Data Model Concept in Statistical Mapping**. International Yearbook of Cartography 7: 186-190.

MELO, Camila Arantes. **Goiânia, crescimento urbano e demandas habitacionais: o caso do Jardim Guanabara**. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Goiânia, crescimento urbano e demandas habitacionais: o caso do Jardim Guanabara...** [S.l.: s.n.], 2015. p. 1-12. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428373207_ARQUIVO_ANPUH-JardimGuanabara-Camila.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018

MENDES, Julianna Fernandes. **Uma cidade para o capital: Especulação imobiliária e déficit habitacional em Goiânia (1933-1964)**. 2013. 165 f. Dissertação (Mestrado em História)-Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4223>>. Acesso em: 26 out. 2018.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida?. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 9, p. 98-109, jan. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44765>>. Acesso em: 24 set. 2018.

NUNES, Maria do Rosário. Apresentação. In: COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. **Direito à moradia adequada**. Brasília: [s.n.], 2013. p. 7-7. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002254/225430POR.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R.; NAKANO, Anderson Kazuo. **Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país**. Revista de Direito da ADVOCEF, v. 13, p. 123-158, 2011. Acesso em: 25 out. 2018.

Anexos

Tabela 1ª – Ranking dos dez municípios do Estado de Goiás com maior proporção de população em situação Déficit com base no CadÚnico

Município	Improvisado				Habitação precária				
	2017		2018		Município	2017		2018	
	Qtde.	Rank	Qtde.	Rank		Qtde.	Rank	Qtde.	Rank
São João d'Aliança	3,67	41	32,07	1	Trombas	17,86	1	14,48	1
Campos Verdes	29,28	1	31,13	2	Moiporá	7,62	6	8,25	2
Itaguaru	26,22	2	23,89	3	Cavalcante	9,92	2	7,75	3
Araçu	22,53	3	21,42	4	Amaralina	8,45	4	7,64	4
Corumbá de Goiás	22,50	4	18,88	5	Novo Brasil	9,50	3	6,94	5
Campo Limpo de Goiás	17,21	9	18,82	6	Jaupaci	5,51	8	5,36	6
Caturai	21,77	5	17,25	7	Monte Alegre de Goiás	3,74	14	5,36	6
Campinaçu	13,71	11	13,60	8	Colinas do Sul	4,31	11	4,86	8
Guaraíta	9,51	18	13,47	9	Bonópolis	8,37	5	4,86	8
Damolândia	20,22	7	13,32	10	Nova Roma	3,65	16	4,80	10

Município	Adensado				Município	Cômodo			
	2017		2018			2017		2018	
	Qtde.	Rank	Qtde.	Rank		Qtde.	Rank	Qtde.	Rank
Alto Paraíso de Goiás	0,61	3	0,72	1	Campestre de Goiás	0,11	14	0,28	1
São Miguel do Passa Quatro	0,10	120	0,64	2	Mutunópolis	0,15	4	0,23	2
Corumbaíba	0,45	12	0,61	3	Bom Jardim de Goiás	0,07	25	0,20	3
Perolândia	0,13	94	0,60	4	Flores de Goiás	0,14	5	0,19	4
Cristalina	0,44	13	0,51	5	Sítio d'Abadia	0,13	8	0,17	5
Davinópolis	0,19	64	0,51	5	Cavalcante	0,13	8	0,14	6
Aragoiânia	0,29	31	0,48	7	Abadia de Goiás	0,10	16	0,14	6
Senador Canedo	0,46	9	0,41	8	Faina	0,00	102	0,14	6
Hidrolândia	0,30	28	0,40	9	Alvorada do Norte	0,14	5	0,14	6
Cavalcante	0,46	9	0,40	9	Cachoeira de Goiás	0,21	2	0,14	6
Panamá	0,48	8	0,40	9					

Município	Ônus Excessivo com aluguel				Município	Total de Déficit			
	2017		2018			2017		2018	
	Qtde.	Rank	Qtde.	Rank		Qtde.	Rank	Qtde.	Rank
Ouvidor	12,79	1	12,60	1	São João d'Aliança	11,58	36,00	39,87	1
Santo Antônio de Goiás	10,76	4	11,03	2	Campos Verdes	30,91	1,00	33,21	2
Alto Horizonte	7,13	41	10,81	3	Itaguaru	26,42	3,00	24,10	3
Brazabrantas	11,20	3	10,29	4	Corumbá de Goiás	23,92	5,00	22,43	4
Anicuns	9,42	8	9,73	5	Araçu	23,33	6,00	21,79	5
Nerópolis	9,03	10	9,68	6	Campo Limpo de Goiás	21,07	9,00	20,20	6
Senador Canedo	8,74	12	9,63	7	Santo Antônio de Goiás	15,26	15,00	19,80	7
Abadia de Goiás	11,95	2	9,32	8	Damolândia	25,15	4,00	18,39	8
Terezópolis de Goiás	8,20	16	9,13	9	Caturai	22,19	8,00	18,37	9
Guapó	9,67	7	9,11	10	Moiporá	15,72	14,00	16,26	10

Fonte: CadÚnico (Maio/2018).

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Tabela 2ª – Ocupação do Responsável da família e o Sexo das pessoas em situação de Déficit Habitacional, em 2018

Ocupação principal	Sexo						Total	
	Homem			Mulher				
	N	% da Coluna	% da Linha	N	% da Coluna	% da Linha		
Sem Informação	11.033	47,14	14,69	64.070	48,33	85,31	75.103	48,16
Aprendiz	8	0,03	38,10	13	0,01	61,90	21	0,01
Conta Própria	7.576	32,37	15,51	41.283	31,14	84,49	48.859	31,33
Doméstica com CT assinada	70	0,30	6,09	1.080	0,81	93,91	1.150	0,74
Doméstica sem CT assinada	53	0,23	1,26	4.160	3,14	98,74	4.213	2,70
Empregado com CT assinada	2.306	9,85	13,13	15.252	11,51	86,87	17.558	11,26
Empregado sem CT assinada	731	3,12	16,05	3.824	2,88	83,95	4.555	2,92
Empregador	10	0,04	31,25	22	0,02	68,75	32	0,02
Estagiário	151	0,65	35,87	270	0,20	64,13	421	0,27
Militar ou servidor.	439	1,88	18,34	1.955	1,47	81,66	2.394	1,54
Trabalhador Temporário	1.005	4,29	65,77	523	0,39	34,23	1.528	0,98
Trabalhador não remunerado	21	0,09	16,80	104	0,08	83,20	125	0,08
Total	23.403	100,00	15,01	132.556	100,00	84,99	155.959	100,00

Fonte: CadÚnico (Maio/2018).

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Tabela 3a: Famílias em situação de Déficit, por componente e total, em 2017 e 2018 por município

Município	Adensamento		Cômodo		Improvisado		Ônus		Rústico		Total Déficit	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
	Abadia de Goiás	13	4	2	3	12	5	300	247	18	25	345
Abadiânia	3	3	0	2	1	2	257	273	14	17	275	297
Acreúna	6	6	3	1	16	15	454	453	189	173	668	648
Adelândia	3	0	0	0	2	2	62	62	4	7	71	71
Água Fria de Goiás	2	1	1	2	33	24	86	94	33	29	155	150
Água Limpa	0	1	0	0	2	1	42	47	7	6	51	55
Águas Lindas de Goiás	30	42	9	10	8460	8335	1382	1644	49	45	9930	10076
Alexânia	16	15	1	2	57	107	701	729	14	10	789	863
Aloândia	0	0	0	0	2	0	28	24	3	5	33	29
Alto Horizonte	1	2	0	0	0	1	134	189	4	6	139	198
Alto Paraíso de Goiás	10	11	3	5	51	38	169	232	16	23	249	309
Alvorada do Norte	1	0	4	5	71	52	60	67	7	6	143	130
Amaralina	0	0	0	0	199	141	10	13	125	123	334	277
Americano do Brasil	3	1	1	1	6	4	114	91	27	20	151	117
Amorinópolis	0	0	0	0	21	24	34	29	14	10	69	63
Anápolis	147	122	8	10	306	202	10247	9163	48	37	10756	9534
Anhanguera	0	0	0	0	1	1	12	15	4	1	17	17
Anicuns	3	3	2	2	0	0	723	775	8	6	736	786
Aparecida de Goiânia	357	304	11	8	34	27	8472	8152	47	47	8921	8538
Aparecida do Rio Doce	1	1	0	1	0	4	39	54	4	9	44	69
Aporé	0	1	0	0	53	68	21	19	0	0	74	88
Araçu	0	0	1	0	311	325	3	1	6	3	321	329
Aragarças	0	0	1	1	1134	1303	20	61	50	35	1205	1400
Aragoiânia	5	9	2	2	125	41	228	250	20	27	380	329
Araguapaz	2	3	1	2	253	170	148	195	21	25	425	395
Arenópolis	1	0	0	0	44	61	15	9	16	13	76	83
Aruanã	2	3	1	1	2	2	122	131	8	9	135	146
Aurilândia	0	0	0	0	1	74	54	42	5	4	60	120
Avelinópolis	1	1	0	0	1	0	34	36	4	4	40	41
Baliza	0	0	1	0	165	129	26	17	19	14	211	160
Barro Alto	3	4	0	1	116	137	273	282	12	12	404	436
Bela Vista de Goiás	9	7	1	1	113	51	276	343	35	35	434	437
Bom Jardim de Goiás	1	1	3	7	26	29	151	207	52	37	233	281
Bom Jesus de Goiás	13	13	0	0	26	32	557	429	28	25	624	499
Bonfinópolis	2	1	0	0	27	12	110	187	3	4	142	204
Bonópolis	1	1	3	3	2	2	50	47	133	85	189	138
Brazabrantes	2	1	0	0	30	21	132	123	5	4	169	149
Britânia	3	4	0	1	0	0	132	146	17	17	152	168
Buriti Alegre	2	3	2	1	0	0	87	96	21	27	112	127
Buriti de Goiás	0	0	0	0	5	10	34	46	5	9	44	65
Buritinópolis	4	2	0	0	30	33	24	33	5	2	63	70
Cabeceiras	2	0	2	1	19	9	145	152	8	3	176	165
Cachoeira Alta	3	2	4	3	78	83	215	191	53	38	353	317
Cachoeira de Goiás	0	0	2	1	0	1	34	42	4	5	40	49
Cachoeira Dourada	1	2	0	0	63	210	67	62	1	0	132	274
Caçu	4	7	0	0	80	78	349	360	22	25	455	470
Caiapônia	7	4	5	6	644	537	264	298	88	74	1008	919
Caldas Novas	74	58	7	4	147	133	2602	2445	125	103	2955	2743
Caldazinha	2	1	0	0	4	2	93	94	2	5	101	102
Campestre de Goiás	0	0	2	3	12	13	112	87	24	16	150	119
Campinaçu	0	0	0	0	225	213	9	6	7	5	241	224
Campinorte	2	0	0	0	0	0	144	133	12	13	158	146
Campo Alegre de Goiás	7	4	0	0	1	2	134	105	10	10	152	121

Tabela 3a: Famílias em situação de Déficit, por componente e total, em 2017 e 2018 por município

Município	Adensamento		Cômodo		Improvisado		Ônus		Rústico		Total Déficit	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Campo Limpo de Goiás	3	1	1	1	431	485	81	29	0	0	516	516
Campos Belos	3	5	0	0	0	6	247	240	40	36	290	287
Campos Verdes	0	0	1	1	411	426	2	4	19	21	433	452
Carmo do Rio Verde	0	0	0	0	328	129	30	128	17	16	375	273
Castelândia	1	0	0	2	2	2	32	35	7	7	42	46
Catalão	11	15	3	0	19	41	1904	2110	75	59	2012	2225
Caturai	0	0	0	0	406	345	5	17	3	5	414	367
Cavalcante	9	9	6	6	0	0	72	60	288	223	375	298
Ceres	1	4	0	3	1026	519	135	321	20	13	1182	860
Cezarina	4	2	1	0	1	1	176	168	5	3	187	174
Chapadão do Céu	3	3	1	1	0	0	213	238	5	4	222	246
Cidade Ocidental	30	32	5	4	53	31	1441	1497	149	62	1678	1626
Cocalzinho de Goiás	3	5	2	3	91	92	429	484	37	24	562	608
Colinas do Sul	0	1	3	2	0	0	73	63	84	93	160	159
Córrego do Ouro	0	0	0	0	17	5	19	33	10	5	46	43
Corumbá de Goiás	1	3	0	0	1037	913	28	109	26	30	1092	1055
Corumbáiba	8	10	0	1	4	2	179	149	1	1	192	163
Cristalina	54	63	5	10	161	117	895	917	45	41	1160	1148
Cristianópolis	0	1	0	0	3	21	86	78	8	7	97	107
Crixás	1	0	4	5	442	433	261	265	92	78	800	781
Cromínia	2	1	0	1	0	0	90	76	14	15	106	93
Cumari	0	0	0	0	1	6	39	41	4	4	44	51
Damianópolis	0	0	0	0	22	12	21	23	36	34	79	69
Damolândia	1	1	0	0	225	158	47	44	10	10	283	213
Davinópolis	1	2	0	0	1	0	29	41	0	0	31	43
Diorama	0	0	0	0	0	0	3	13	9	9	12	22
Divinópolis de Goiás	0	0	0	0	327	297	11	14	43	35	381	346
Doverlândia	1	1	1	0	138	90	149	141	27	25	316	257
Edealina	2	1	1	1	0	0	119	105	14	13	136	120
Edéia	2	0	0	0	528	642	68	28	16	5	614	675
Estrela do Norte	2	1	0	0	0	3	16	27	2	1	20	32
Faina	1	0	0	5	257	196	28	65	23	18	309	284
Fazenda Nova	0	0	0	0	82	105	30	48	12	10	124	163
Firminópolis	2	1	1	0	0	0	288	296	36	29	327	326
Flores de Goiás	1	0	12	20	493	428	38	48	87	100	631	596
Formosa	13	12	90	60	556	648	295	482	516	348	1470	1550
Formoso	0	0	1	1	0	0	65	64	5	2	71	67
Gameleira de Goiás	0	1	0	0	0	1	33	36	1	1	34	39
Goianápolis	4	2	0	1	326	432	89	134	8	7	427	576
GoianDIRA	1	1	0	0	29	13	84	104	9	8	123	126
Goianésia	22	22	0	1	236	176	896	1101	18	20	1172	1320
GoianIA	354	259	22	22	1434	1008	20241	19903	153	116	22204	21308
Goianira	37	23	0	6	5	4	1494	1183	5	7	1541	1223
Goiás	4	6	2	3	53	67	581	570	60	50	700	696
Goiatuba	14	7	0	0	59	87	715	739	212	223	1000	1056
Gouvelândia	3	2	0	0	0	0	72	65	45	44	120	111
Guapó	9	6	0	2	37	37	492	483	5	4	543	532
Guaraíta	1	0	1	1	81	127	12	9	9	8	104	145
Guarani de Goiás	0	0	0	1	19	67	20	23	33	25	72	116
Guarinos	0	0	1	1	40	30	28	21	54	38	123	90
Heitorai	1	1	0	0	79	130	36	18	1	2	117	151
Hidrolândia	13	16	1	1	1	2	494	491	20	20	529	530

Tabela 3a: Famílias em situação de Déficit, por componente e total, em 2017 e 2018 por município

Município	Adensamento		Cômodo		Improvisado		Ônus		Rústico		Total Déficit	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Hidrolina	0	0	0	0	5	2	64	79	3	1	72	82
Iaciara	3	2	3	5	29	19	268	229	125	164	428	419
Inaciolândia	0	0	1	1	1	13	107	89	27	27	136	130
Indiara	0	2	0	0	18	55	309	255	4	3	331	315
Inhumas	10	15	0	0	10	15	1411	1373	27	17	1458	1420
Ipameri	9	9	0	1	35	54	679	706	7	7	730	777
Ipiranga de Goiás	0	0	1	1	0	0	35	33	8	7	44	41
Iporá	5	4	0	0	2	6	426	394	29	20	462	424
Israelândia	2	1	1	0	1	3	62	48	10	7	76	59
Itaberaí	15	19	1	1	98	56	1186	1220	64	72	1364	1368
Itaguari	2	2	0	0	4	17	114	129	21	16	141	164
Itaguaru	0	0	0	0	573	530	0	0	4	4	577	534
Itajá	4	2	0	0	42	29	124	96	61	45	231	172
Itapaci	6	7	1	0	62	40	507	514	19	10	595	571
Itapirapuã	0	2	1	1	78	52	130	137	47	34	256	226
Itapuranga	3	2	4	5	4	28	193	258	173	122	377	415
Itarumã	1	1	0	0	55	39	105	76	71	53	232	169
Itauçu	3	0	0	1	5	3	136	163	15	12	159	179
Itumbiara	27	11	1	1	48	56	1176	757	142	125	1394	950
Ivolândia	0	0	2	1	50	26	45	54	6	6	103	87
Jandaia	2	1	0	0	12	21	119	129	7	8	140	159
Jaraguá	9	12	2	2	1134	659	939	1172	48	48	2132	1893
Jataí	13	27	6	6	557	472	946	1213	299	327	1821	2045
Jaupaci	0	0	0	0	5	4	41	43	67	82	113	129
Jesúpolis	0	0	0	0	0	0	26	24	4	3	30	27
Joviânia	0	0	0	0	6	4	124	96	47	34	177	134
Jussara	2	1	0	1	25	25	539	462	51	43	617	532
Lagoa Santa	1	1	0	0	15	6	32	41	17	26	65	74
Leopoldo de Bulhões	2	3	3	1	1	81	157	120	11	23	174	228
Luziânia	119	91	14	11	56	40	3423	3422	221	167	3833	3731
Mairipotaba	0	0	1	0	223	73	66	68	14	11	304	152
Mambaí	0	1	0	0	1	7	22	25	6	8	29	41
Mara Rosa	2	2	0	1	1	191	221	168	27	18	251	380
Marzagão	0	0	0	0	1	1	55	63	8	5	64	69
Matrinchã	1	0	0	0	186	159	32	37	4	4	223	200
Maurilândia	10	2	0	0	121	67	168	144	29	35	328	248
Mimoso de Goiás	0	0	2	1	0	5	10	15	15	10	27	31
Minaçu	10	9	5	6	3	4	506	490	137	121	661	630
Mineiros	43	35	2	2	112	103	1700	1576	118	86	1975	1802
Moiporá	0	0	0	0	10	19	39	31	48	58	97	108
Monte Alegre de Goiás	2	3	4	2	2	31	40	39	134	208	182	283
Montes Claros de Goiás	0	0	1	0	2	4	132	141	16	21	151	166
Montividiu	5	3	1	1	5	3	282	268	53	41	346	316
Montividiu do Norte	0	0	5	3	220	212	5	14	59	50	289	279
Morrinhos	20	20	1	2	10	18	794	775	28	44	853	859
Morro Agudo de Goiás	0	0	0	0	0	0	57	68	4	4	61	72
Mossâmedes	1	0	0	0	0	0	53	52	1	1	55	53
Mozarlândia	6	3	1	1	104	115	110	106	7	5	228	230
Mundo Novo	0	3	0	0	0	1	96	89	41	30	137	123
Mutunópolis	0	0	2	2	1	1	31	26	30	19	64	48
Nazário	3	1	0	0	6	2	259	260	5	3	273	266
Nerópolis	27	18	0	1	3	1	777	879	6	4	813	903

Tabela 3a: Famílias em situação de Déficit, por componente e total, em 2017 e 2018 por município

Município	Adensamento		Cômodo		Improvisado		Ônus		Rústico		Total Déficit	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Niquelândia	13	14	6	7	13	14	768	580	404	430	1204	1045
Nova América	0	0	0	0	10	2	23	20	8	6	41	28
Nova Aurora	1	1	0	0	0	0	47	51	2	2	50	54
Nova Crixás	5	3	0	0	1	2	220	239	180	128	406	372
Nova Glória	0	2	0	0	22	27	149	182	7	8	178	219
Nova Iguaçu de Goiás	2	2	0	0	1	1	24	26	2	1	29	30
Nova Roma	0	1	0	0	1	2	20	20	49	69	70	92
Nova Veneza	3	2	2	2	47	66	199	223	9	9	260	302
Novo Brasil	0	0	0	0	1	0	15	35	107	78	123	113
Novo Gama	156	83	4	8	3	2	1592	1529	52	17	1807	1639
Novo Planalto	0	0	0	0	133	98	16	41	31	27	180	166
Orizona	3	4	0	2	13	12	217	284	52	46	285	348
Ouro Verde de Goiás	1	1	1	0	0	0	44	43	5	4	51	48
Ouvidor	1	1	0	0	0	0	291	283	2	2	294	286
Padre Bernardo	8	6	7	6	2	3	200	201	82	68	299	284
Palestina de Goiás	0	1	1	1	19	14	41	53	15	16	76	85
Palmeiras de Goiás	7	7	0	0	7	4	1054	853	20	13	1088	877
Palmelo	1	0	0	0	0	0	45	54	23	16	69	70
Palminópolis	0	0	0	0	0	1	57	55	7	4	64	60
Panamá	2	2	0	0	8	5	29	38	53	49	92	94
Paranaiguara	3	3	0	3	26	16	103	185	31	55	163	262
Paraúna	3	4	2	1	15	14	265	331	33	35	318	385
Perolândia	1	4	0	0	4	8	52	42	11	12	68	66
Petrolina de Goiás	5	4	0	0	5	7	130	78	33	25	173	114
Pilar de Goiás	1	1	1	1	0	0	35	30	27	11	64	43
Piracanjuba	9	12	2	3	55	47	441	527	19	17	526	606
Piranhas	1	1	1	2	13	30	208	223	69	55	292	311
Pirenópolis	16	12	4	3	1	1	562	537	20	18	603	571
Pires do Rio	5	3	0	0	2	42	501	302	13	11	521	358
Planaltina	57	55	7	3	18	33	1573	1644	64	68	1719	1803
Pontalina	3	3	0	0	5	10	468	493	140	147	616	653
Porangatu	26	17	6	4	23	26	871	716	109	87	1035	850
Porteirão	0	0	0	0	85	49	75	62	10	8	170	119
Portelândia	0	2	0	0	0	7	113	70	13	11	126	90
Posse	7	3	9	8	2	1	566	579	158	151	742	742
Professor Jamil	0	1	0	0	3	3	67	54	15	12	85	70
Quirinópolis	17	10	0	2	62	77	1255	990	317	272	1651	1351
Rialma	2	1	0	0	92	64	315	344	2	1	411	410
Rianópolis	3	1	0	0	0	0	59	64	9	9	71	74
Rio Quente	0	0	0	0	312	161	17	68	4	4	333	233
Rio Verde	105	62	4	2	334	329	5984	4895	1959	1717	8386	7005
Rubiataba	9	12	1	1	0	0	359	357	23	19	392	389
Sanclerlândia	1	0	0	0	5	3	200	211	8	7	214	221
Santa Bárbara de Goiás	1	10	0	0	0	0	9	18	3	2	13	30
Santa Cruz de Goiás	3	2	0	0	3	3	13	10	39	35	58	50
Santa Fé de Goiás	1	0	0	0	54	89	60	41	6	5	121	135
Santa Helena de Goiás	2	2	0	0	60	106	428	369	103	102	593	579
Santa Isabel	1	0	1	0	2	3	34	62	10	8	48	73
Santa Rita do Araguaia	2	0	0	2	15	41	94	130	16	23	127	196
Santa Rita do Novo Destino	0	0	0	0	1	8	22	20	16	12	39	40
Santa Rosa de Goiás	0	0	0	0	36	46	64	62	0	0	100	108
Santa Tereza de Goiás	2	0	0	0	0	53	53	57	14	13	69	123

Tabela 3a: Famílias em situação de Déficit, por componente e total, em 2017 e 2018 por município

Município	Adensamento		Cômodo		Improvizado		Ônus		Rústico		Total Déficit	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Santa Terezinha de Goiás	3	2	1	2	3	5	91	119	24	19	122	147
Santo Antônio da Barra	0	0	0	1	6	5	128	128	44	36	178	170
Santo Antônio de Goiás	1	2	0	0	91	196	193	198	0	0	285	396
Santo Antônio do Descoberto	32	24	3	2	1149	1019	816	778	23	14	2023	1837
São Domingos	0	0	5	5	11	8	14	19	114	113	144	145
São Francisco de Goiás	0	2	1	1	3	1	140	139	22	16	166	159
São João da Paraúna	0	0	0	0	0	0	21	23	9	5	30	28
São João d'Aliança	5	4	1	2	343	1036	247	246	58	57	654	1345
São Luiz de Montes Belos	4	2	0	1	0	0	736	854	41	43	781	900
São Luiz do Norte	3	3	1	0	0	2	51	59	8	8	63	72
São Miguel do Araguaia	10	9	3	3	11	112	459	409	253	221	736	754
São Miguel do Passa Quatro	1	5	0	0	0	5	117	102	11	9	129	121
São Patrício	0	0	1	0	0	0	25	33	12	6	38	39
São Simão	1	0	2	1	79	94	374	371	41	60	497	526
Senador Canedo	107	91	16	18	57	44	2962	3366	26	23	3168	3542
Serranópolis	7	6	0	0	18	10	202	188	5	4	232	208
Silvânia	1	1	0	0	804	367	118	248	54	23	977	639
Simolândia	0	0	3	1	0	10	35	49	30	24	68	84
Sítio d'Abadia	0	0	1	2	1	1	8	6	26	23	36	32
Taquaral de Goiás	2	3	0	0	3	1	39	70	8	8	52	82
Teresina de Goiás	0	0	3	3	0	6	18	20	54	62	75	91
Terezópolis de Goiás	1	1	0	0	9	3	220	255	16	7	246	266
Três Ranchos	0	0	0	0	1	0	22	24	0	0	23	24
Trindade	81	68	9	9	44	116	3393	2891	21	16	3548	3100
Trombas	0	0	0	0	2	1	3	3	242	194	247	198
Turvânia	1	2	0	0	4	3	127	141	7	6	139	152
Turvelândia	2	1	0	0	38	82	127	138	7	13	174	234
Uirapuru	0	0	2	2	26	13	17	14	53	38	98	67
Uruaçu	13	10	6	4	17	8	848	754	83	65	967	841
Uruana	3	5	0	0	6	5	228	235	19	22	256	267
Urutaí	1	2	0	0	0	0	30	67	3	3	34	72
Valparaíso de Goiás	31	25	1	1	30	26	1401	1091	308	206	1771	1349
Varjão	1	0	0	0	11	6	112	88	8	6	132	100
Vianópolis	10	8	0	0	1	1	216	215	13	21	240	245
Vicentinópolis	2	1	1	0	3	11	192	226	14	15	212	253
Vila Boa	2	1	1	1	116	84	73	64	11	17	203	167
Vila Propício	1	0	0	0	405	294	53	41	1	2	460	337

Fonte: CadÚnico (Maio/2018).

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Tabela 4ª – Percentual de pessoas em Déficit, por Ano e por componente, nos municípios goianos

Município	Adensamento		Cômodo		Improvizado		Ônus		Rústico		Total Déficit	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Abadia de Goiás	0,70	0,24	0,10	0,14	0,44	0,12	11,95	9,32	0,74	0,91	13,93	10,73
Abadiânia	0,10	0,09	0,00	0,02	0,01	0,03	4,39	4,54	0,20	0,28	4,70	4,96
Acreúna	0,13	0,14	0,06	0,01	0,20	0,15	6,20	6,07	2,39	2,10	8,97	8,48
Adelândia	0,50	0,00	0,00	0,00	0,19	0,08	7,33	7,30	0,54	0,66	8,58	8,04
Água Fria de Goiás	0,21	0,07	0,04	0,05	1,55	1,23	4,93	5,04	1,90	1,75	8,63	8,15
Água Limpa	0,00	0,20	0,00	0,00	0,61	0,35	5,74	6,06	1,32	0,86	7,68	7,48
Águas Lindas de Goiás	0,07	0,10	0,01	0,01	11,22	11,01	2,30	2,61	0,08	0,07	13,68	13,80
Alexânia	0,31	0,26	0,00	0,01	0,50	0,84	8,03	7,67	0,15	0,06	8,98	8,84
Aloândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29	0,00	3,95	3,17	0,29	0,48	4,53	3,65
Alto Horizonte	0,07	0,14	0,00	0,00	0,00	0,02	7,13	10,81	0,14	0,24	7,33	11,21
Alto Paraíso de Goiás	0,61	0,72	0,09	0,13	1,31	0,89	7,11	8,73	0,62	0,81	9,73	11,28
Alvorada do Norte	0,05	0,00	0,14	0,14	2,10	1,14	2,20	2,24	0,18	0,17	4,67	3,68
Amaralina	0,00	0,00	0,00	0,00	9,58	5,85	0,77	0,88	8,45	7,64	18,79	14,37
Americano do Brasil	0,28	0,08	0,02	0,02	0,21	0,13	5,96	4,76	1,10	0,78	7,57	5,77
Amorinópolis	0,00	0,00	0,00	0,00	1,21	1,22	2,97	2,39	1,00	0,67	5,18	4,28
Anápolis	0,19	0,16	0,01	0,01	0,17	0,12	7,61	6,76	0,04	0,03	8,02	7,08
Anhanguera	0,00	0,00	0,00	0,00	0,44	0,44	2,55	3,37	1,23	0,35	4,22	4,17
Anicuns	0,06	0,05	0,01	0,01	0,00	0,00	9,42	9,73	0,09	0,06	9,58	9,87
Aparecida de Goiânia	0,31	0,26	0,01	0,00	0,01	0,01	4,89	4,64	0,03	0,03	5,25	4,95
Aparecida do Rio Doce	0,20	0,28	0,00	0,04	0,00	0,36	5,29	5,90	0,24	0,47	5,73	7,04
Aporé	0,00	0,10	0,00	0,00	3,68	4,05	1,67	1,25	0,00	0,00	5,36	5,40
Araçu	0,00	0,00	0,03	0,00	22,53	21,42	0,19	0,08	0,59	0,29	23,33	21,79
Aragarças	0,00	0,00	0,01	0,00	11,83	12,80	0,26	0,85	0,48	0,35	12,57	14,02
Aragoiânia	0,29	0,48	0,05	0,05	2,71	0,88	6,90	7,67	0,72	0,88	10,66	9,97
Araguapaz	0,14	0,19	0,01	0,06	7,39	4,94	5,37	7,04	0,78	0,79	13,70	13,02
Arenópolis	0,14	0,00	0,00	0,00	3,06	4,38	1,40	0,87	1,46	1,14	6,06	6,39
Aruanã	0,12	0,16	0,06	0,07	0,03	0,03	3,37	3,68	0,22	0,21	3,80	4,15
Aurilândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	4,58	4,57	3,27	0,26	0,23	4,87	8,08
Avelinópolis	0,16	0,16	0,00	0,00	0,08	0,00	4,11	3,83	0,64	0,64	4,99	4,63
Baliza	0,00	0,00	0,10	0,00	6,52	4,96	1,30	0,86	1,22	0,82	9,14	6,64
Barro Alto	0,14	0,17	0,00	0,01	2,87	3,30	7,93	8,32	0,31	0,29	11,25	12,10
Bela Vista de Goiás	0,15	0,12	0,01	0,01	0,84	0,31	3,19	3,97	0,33	0,31	4,52	4,72
Bom Jardim de Goiás	0,04	0,04	0,07	0,20	0,36	0,46	4,65	6,24	1,76	1,25	6,88	8,20
Bom Jesus de Goiás	0,23	0,25	0,00	0,00	0,25	0,28	6,64	4,90	0,35	0,27	7,48	5,69
Bonfinópolis	0,10	0,04	0,00	0,00	0,79	0,32	3,78	6,04	0,12	0,18	4,79	6,58
Bonópolis	0,17	0,17	0,12	0,10	0,12	0,10	3,33	3,02	8,37	4,86	12,10	8,25
Brazabrantes	0,25	0,11	0,00	0,00	2,11	1,16	11,20	10,29	0,44	0,33	14,00	11,90
Britânia	0,20	0,31	0,00	0,05	0,00	0,00	6,83	7,39	0,73	0,77	7,77	8,52
Buriti Alegre	0,08	0,15	0,02	0,01	0,00	0,00	2,72	2,86	0,51	0,63	3,33	3,65
Buriti de Goiás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,89	3,58	4,63	0,62	1,00	4,62	6,52
Buritinópolis	0,50	0,24	0,00	0,00	2,23	2,14	2,00	2,73	0,71	0,32	5,44	5,43
Cabeceiras	0,10	0,00	0,06	0,02	0,64	0,29	5,31	5,26	0,26	0,11	6,38	5,69
Cachoeira Alta	0,13	0,11	0,08	0,05	1,03	1,28	4,93	4,29	0,88	0,68	7,04	6,40
Cachoeira de Goiás	0,00	0,00	0,21	0,14	0,00	0,07	6,92	7,10	0,64	0,84	7,76	8,16
Cachoeira Dourada	0,08	0,14	0,00	0,00	2,16	5,54	2,17	2,11	0,05	0,00	4,46	7,79
Caçu	0,11	0,20	0,00	0,00	0,97	0,77	6,76	6,47	0,31	0,33	8,16	7,78
Caiapônia	0,17	0,11	0,06	0,05	7,29	6,17	4,05	4,42	1,27	0,98	12,84	11,74
Caldas Novas	0,40	0,32	0,03	0,01	0,44	0,37	8,27	7,79	0,33	0,26	9,48	8,76

Tabela 4ª – Percentual de pessoas em Déficit, por Ano e por componente, nos municípios goianos

Município	Adensamento		Cômodo		Improvizado		Ônus		Rústico		Total Déficit	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Caldazinha	0,21	0,11	0,00	0,00	0,29	0,16	7,61	7,64	0,05	0,13	8,18	8,04
Campestre de Goiás	0,00	0,00	0,11	0,28	0,90	1,05	9,37	7,16	1,92	1,51	12,30	10,00
Campinaçu	0,00	0,00	0,00	0,00	13,71	13,60	0,80	0,37	0,51	0,27	15,02	14,24
Campinorte	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,89	3,27	0,24	0,27	4,23	3,53
Campo Alegre de Goiás	0,51	0,29	0,00	0,00	0,01	0,03	5,43	4,69	0,45	0,48	6,41	5,49
Campo Limpo de Goiás	0,21	0,05	0,07	0,07	17,21	18,82	3,58	1,25	0,00	0,00	21,07	20,20
Campos Belos	0,09	0,13	0,00	0,00	0,00	0,06	3,78	3,45	0,57	0,55	4,43	4,19
Campos Verdes	0,00	0,00	0,03	0,03	29,28	31,13	0,11	0,31	1,49	1,74	30,91	33,21
Carmo do Rio Verde	0,00	0,00	0,00	0,00	8,90	3,42	1,00	3,79	0,53	0,44	10,43	7,66
Castelândia	0,11	0,00	0,00	0,06	0,19	0,11	2,41	2,64	0,64	0,58	3,35	3,39
Catalão	0,05	0,06	0,00	0,00	0,06	0,08	5,70	5,67	0,19	0,15	6,01	5,96
Caturai	0,00	0,00	0,00	0,00	21,77	17,25	0,24	0,77	0,18	0,35	22,19	18,37
Cavalcante	0,46	0,40	0,13	0,14	0,00	0,00	2,33	1,93	9,92	7,75	12,84	10,22
Ceres	0,02	0,07	0,00	0,03	12,40	6,01	1,77	3,96	0,30	0,17	14,48	10,23
Cezarina	0,20	0,17	0,04	0,00	0,06	0,06	6,84	6,17	0,18	0,05	7,32	6,44
Chapadão do Céu	0,16	0,17	0,02	0,02	0,00	0,00	7,37	7,89	0,14	0,10	7,69	8,18
Cidade Ocidental	0,20	0,23	0,01	0,01	0,20	0,11	6,67	6,66	0,70	0,26	7,78	7,27
Cocalzinho de Goiás	0,07	0,13	0,02	0,02	0,95	0,94	6,74	7,37	0,55	0,34	8,32	8,81
Colinas do Sul	0,00	0,14	0,11	0,08	0,00	0,00	6,09	4,89	4,31	4,86	10,51	9,98
Córrego do Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	1,54	0,48	2,21	3,39	1,26	0,44	5,01	4,30
Corumbá de Goiás	0,07	0,17	0,00	0,00	22,50	18,88	0,69	2,69	0,66	0,70	23,92	22,43
Corumbaíba	0,45	0,61	0,00	0,01	0,14	0,07	5,59	4,78	0,01	0,01	6,19	5,49
Cristalina	0,44	0,51	0,02	0,04	0,68	0,47	4,64	4,54	0,22	0,20	6,00	5,78
Cristianópolis	0,00	0,16	0,00	0,00	0,49	0,92	7,69	6,77	0,72	0,62	8,91	8,48
Crixás	0,02	0,00	0,04	0,06	5,54	5,29	4,63	4,61	1,27	1,04	11,50	11,00
Cromínia	0,22	0,11	0,00	0,03	0,00	0,00	6,63	5,85	0,86	1,27	7,71	7,26
Cumari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,40	3,76	3,41	0,50	0,50	4,29	4,31
Damianópolis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,88	0,44	1,64	1,82	2,94	2,85	5,46	5,11
Damolândia	0,24	0,24	0,00	0,00	20,22	13,32	4,01	4,09	0,68	0,74	25,15	18,39
Davinópolis	0,19	0,51	0,00	0,00	0,09	0,00	3,88	5,22	0,00	0,00	4,16	5,73
Diorama	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,31	1,13	0,98	0,70	1,29	1,84
Divinópolis de Goiás	0,00	0,00	0,00	0,00	13,41	12,40	0,68	0,76	2,53	2,08	16,61	15,23
Doverlândia	0,05	0,09	0,04	0,00	3,93	2,74	5,49	4,81	0,95	0,64	10,47	8,28
Edealina	0,21	0,10	0,03	0,03	0,00	0,00	8,88	7,35	0,86	0,81	9,98	8,29
Edéia	0,06	0,00	0,00	0,00	8,97	11,51	1,80	0,79	0,39	0,11	11,22	12,41
Estrela do Norte	0,35	0,12	0,00	0,00	0,00	0,21	1,44	1,94	0,15	0,09	1,95	2,36
Faina	0,06	0,00	0,00	0,14	7,74	5,34	1,13	2,69	0,85	0,67	9,78	8,84
Fazenda Nova	0,00	0,00	0,00	0,00	2,75	2,47	1,37	1,91	0,54	0,39	4,67	4,78
Firminópolis	0,07	0,04	0,02	0,00	0,00	0,00	6,17	6,36	0,51	0,43	6,76	6,83
Flores de Goiás	0,05	0,00	0,14	0,19	6,13	5,32	0,75	0,82	1,41	1,46	8,48	7,79
Formosa	0,06	0,05	0,14	0,09	0,96	1,05	0,64	1,19	1,19	0,77	2,98	3,15
Formoso	0,00	0,00	0,02	0,02	0,00	0,00	3,58	3,28	0,28	0,09	3,88	3,39
Gameleira de Goiás	0,00	0,11	0,00	0,00	0,00	0,05	2,43	2,54	0,03	0,03	2,46	2,73
Goianápolis	0,19	0,09	0,00	0,01	9,14	11,13	2,50	3,41	0,27	0,21	12,10	14,84
Goiandira	0,07	0,12	0,00	0,00	1,26	0,48	4,98	5,98	0,46	0,39	6,76	6,98
Goianésia	0,16	0,15	0,00	0,00	0,89	0,59	4,21	4,95	0,10	0,10	5,35	5,79
Goiania	0,11	0,08	0,00	0,00	0,24	0,15	3,80	3,51	0,03	0,02	4,19	3,75
Goianira	0,40	0,25	0,00	0,02	0,03	0,02	10,70	8,70	0,04	0,06	11,17	9,06

Tabela 4ª – Percentual de pessoas em Déficit, por Ano e por componente, nos municípios goianos

Município	Adensamento		Cômodo		Improvizado		Ônus		Rústico		Total Déficit	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Goiás	0,07	0,12	0,01	0,02	0,61	0,78	6,76	6,39	0,63	0,50	8,08	7,82
Goiatuba	0,17	0,09	0,00	0,00	0,31	0,41	6,10	6,03	1,91	1,81	8,49	8,34
Gouvelândia	0,28	0,17	0,00	0,00	0,00	0,00	4,39	3,47	2,09	1,97	6,76	5,62
Guapó	0,28	0,19	0,00	0,01	0,57	0,57	9,67	9,11	0,10	0,08	10,61	9,97
Guaraíta	0,18	0,00	0,18	0,13	9,51	13,47	1,50	1,12	1,55	1,35	12,92	16,08
Guarani de Goiás	0,00	0,00	0,00	0,02	0,99	2,83	1,28	1,51	2,17	1,68	4,44	6,04
Guarinos	0,00	0,00	0,05	0,05	4,19	2,90	3,95	2,75	5,69	4,32	13,89	10,02
Heitoraí	0,11	0,13	0,00	0,00	5,84	9,97	2,73	1,38	0,05	0,08	8,73	11,56
Hidrolândia	0,30	0,40	0,02	0,02	0,04	0,05	6,92	7,10	0,29	0,28	7,57	7,85
Hidrolina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,42	0,05	4,50	5,54	0,29	0,08	5,20	5,67
Iaciara	0,09	0,09	0,06	0,07	0,62	0,30	6,14	5,18	2,76	3,79	9,67	9,43
Inaciolândia	0,00	0,00	0,03	0,03	0,02	0,28	4,40	4,09	0,94	1,04	5,39	5,44
Indiara	0,00	0,05	0,00	0,00	0,25	0,60	6,24	4,91	0,07	0,05	6,57	5,61
Inhumas	0,08	0,13	0,00	0,00	0,03	0,04	8,22	7,55	0,17	0,08	8,50	7,80
Ipameri	0,15	0,15	0,00	0,01	0,27	0,40	7,21	7,55	0,08	0,06	7,71	8,18
Ipiranga de Goiás	0,00	0,00	0,07	0,03	0,00	0,00	2,83	2,74	0,64	0,51	3,54	3,28
Iporá	0,06	0,05	0,00	0,00	0,02	0,04	3,93	3,57	0,19	0,16	4,20	3,82
Israelândia	0,34	0,21	0,03	0,00	0,07	0,17	5,28	3,90	0,86	0,55	6,58	4,82
Itaberaí	0,17	0,22	0,00	0,00	0,49	0,29	7,48	7,83	0,43	0,43	8,58	8,78
Itaguari	0,19	0,23	0,00	0,00	0,19	0,59	7,33	7,80	1,43	1,07	9,15	9,69
Itaguaru	0,00	0,00	0,00	0,00	26,22	23,89	0,00	0,00	0,20	0,20	26,42	24,10
Itajá	0,39	0,16	0,00	0,00	2,05	1,51	7,04	4,99	2,96	2,14	12,44	8,80
Itapaci	0,13	0,14	0,01	0,00	0,54	0,32	6,81	6,80	0,24	0,12	7,72	7,38
Itapirapuã	0,00	0,16	0,02	0,02	3,07	1,89	5,25	5,87	1,89	1,36	10,22	9,29
Itapuranga	0,05	0,03	0,02	0,02	0,03	0,16	1,87	2,38	1,45	1,00	3,42	3,60
Itarumã	0,10	0,10	0,00	0,00	1,68	1,14	4,40	3,18	2,32	1,68	8,50	6,11
Itauçu	0,18	0,00	0,00	0,01	0,14	0,06	4,68	5,07	0,45	0,31	5,45	5,44
Itumbiara	0,12	0,05	0,00	0,00	0,14	0,13	2,76	1,68	0,33	0,28	3,34	2,14
Ivolândia	0,00	0,00	0,12	0,04	4,19	2,18	4,51	5,44	0,59	0,62	9,40	8,28
Jandaia	0,13	0,06	0,00	0,00	0,48	0,73	5,45	5,67	0,13	0,18	6,18	6,64
Jaraguá	0,09	0,12	0,01	0,01	6,79	3,95	5,91	7,24	0,24	0,22	13,04	11,54
Jataí	0,06	0,14	0,02	0,01	1,11	0,89	2,87	3,27	0,78	0,84	4,83	5,14
Jaupaci	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,26	3,95	3,84	5,51	5,36	9,80	9,47
Jesúpolis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,23	2,92	0,36	0,28	3,59	3,21
Joviânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21	0,12	4,67	3,46	1,59	1,16	6,48	4,74
Jussara	0,04	0,02	0,00	0,01	0,30	0,28	7,36	6,18	0,65	0,52	8,36	7,00
Lagoa Santa	0,27	0,26	0,00	0,00	2,83	1,39	6,53	7,21	3,23	4,10	12,85	12,96
Leopoldo de Bulhões	0,12	0,19	0,06	0,01	0,04	5,36	6,14	4,67	0,46	1,30	6,82	11,53
Luziânia	0,28	0,22	0,01	0,01	0,05	0,03	4,83	4,77	0,33	0,24	5,50	5,27
Mairipotaba	0,00	0,00	0,12	0,00	18,22	5,94	7,94	7,20	1,64	1,11	27,92	14,24
Mambaí	0,00	0,05	0,00	0,00	0,05	0,10	0,73	0,90	0,25	0,36	1,03	1,40
Mara Rosa	0,08	0,09	0,00	0,01	0,02	4,04	6,56	4,82	0,60	0,41	7,26	9,37
Marzagão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,31	0,31	7,44	8,29	1,21	0,62	8,96	9,22
Matrinchã	0,09	0,00	0,00	0,00	7,25	6,09	1,51	1,75	0,20	0,20	9,05	8,05
Maurilândia	0,33	0,06	0,00	0,00	2,06	1,03	3,70	3,24	0,62	0,75	6,71	5,07
Mimoso de Goiás	0,00	0,00	0,07	0,04	0,00	0,52	1,18	1,22	1,22	0,92	2,47	2,69
Minaçu	0,14	0,12	0,05	0,05	0,02	0,02	5,07	4,69	1,34	1,22	6,62	6,10
Mineiros	0,30	0,26	0,01	0,01	0,39	0,34	8,08	7,25	0,50	0,37	9,28	8,23

Tabela 4ª – Percentual de pessoas em Déficit, por Ano e por componente, nos municípios goianos

Município	Adensamento		Cômodo		Improvizado		Ônus		Rústico		Total Déficit	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Moiporá	0,00	0,00	0,00	0,00	1,97	2,83	6,13	5,18	7,62	8,25	15,72	16,26
Monte Alegre de Goiás	0,12	0,20	0,09	0,06	0,06	0,62	1,42	1,36	3,74	5,36	5,43	7,59
Montes Claros de Goiás	0,00	0,00	0,01	0,00	0,05	0,11	4,57	4,57	0,62	0,70	5,25	5,38
Montividiu	0,20	0,10	0,02	0,02	0,07	0,03	6,62	5,83	1,24	0,97	8,15	6,96
Montividiu do Norte	0,00	0,00	0,22	0,13	9,03	8,53	0,27	0,67	3,86	3,05	13,38	12,39
Morrinhos	0,22	0,21	0,00	0,00	0,07	0,09	4,69	4,60	0,18	0,22	5,16	5,12
Morro Agudo de Goiás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,30	8,53	0,30	0,34	6,60	8,87
Mossâmedes	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,33	3,06	0,09	0,08	3,50	3,14
Mozarlândia	0,16	0,08	0,01	0,01	1,41	1,45	2,11	2,05	0,12	0,11	3,82	3,69
Mundo Novo	0,00	0,29	0,00	0,00	0,00	0,02	5,31	4,55	1,92	1,50	7,23	6,35
Mutunópolis	0,00	0,00	0,15	0,23	0,05	0,05	2,37	1,86	1,99	1,30	4,56	3,44
Nazário	0,16	0,07	0,00	0,00	0,17	0,05	8,71	8,42	0,19	0,09	9,23	8,62
Nerópolis	0,53	0,33	0,00	0,00	0,01	0,01	9,03	9,68	0,08	0,04	9,65	10,07
Niquelândia	0,13	0,15	0,02	0,03	0,05	0,05	4,90	3,51	2,15	2,20	7,25	5,93
Nova América	0,00	0,00	0,00	0,00	1,05	0,38	2,60	2,73	1,21	0,97	4,86	4,08
Nova Aurora	0,32	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00	6,69	7,19	0,14	0,13	7,15	7,51
Nova Crixás	0,16	0,10	0,00	0,00	0,02	0,02	4,78	5,06	2,96	2,00	7,92	7,19
Nova Glória	0,00	0,12	0,00	0,00	0,60	0,60	4,67	5,95	0,13	0,20	5,40	6,87
Nova Iguaçu de Goiás	0,37	0,37	0,00	0,00	0,07	0,07	2,65	2,56	0,23	0,03	3,32	3,03
Nova Roma	0,00	0,15	0,00	0,00	0,03	0,15	2,00	2,27	3,65	4,80	5,67	7,35
Nova Veneza	0,14	0,09	0,02	0,02	0,98	1,26	6,27	6,59	0,25	0,22	7,65	8,18
Novo Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,92	2,76	9,50	6,94	10,45	9,70
Novo Gama	0,65	0,38	0,01	0,02	0,01	0,01	4,83	4,64	0,14	0,06	5,64	5,10
Novo Planalto	0,00	0,00	0,00	0,00	6,61	4,58	0,97	2,60	1,78	1,53	9,36	8,70
Orizona	0,10	0,10	0,00	0,05	0,19	0,17	3,92	4,90	0,94	0,66	5,14	5,88
Ouro Verde de Goiás	0,10	0,10	0,05	0,00	0,00	0,00	3,23	3,12	0,30	0,25	3,68	3,47
Ouvidor	0,06	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	12,79	12,60	0,06	0,06	12,91	12,73
Padre Bernardo	0,13	0,09	0,04	0,02	0,01	0,02	2,17	2,20	0,63	0,51	2,98	2,86
Palestina de Goiás	0,00	0,11	0,08	0,09	1,25	0,88	3,23	4,20	1,08	1,11	5,63	6,38
Palmeiras de Goiás	0,12	0,13	0,00	0,00	0,04	0,04	10,43	8,41	0,23	0,17	10,82	8,75
Palmelo	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,95	5,54	2,75	1,97	6,87	7,51
Palminópolis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	4,80	4,24	0,49	0,35	5,29	4,62
Panamá	0,48	0,40	0,00	0,00	0,48	0,29	3,09	3,89	5,18	4,77	9,23	9,36
Paranaiguara	0,12	0,12	0,00	0,07	0,62	0,31	3,04	5,06	0,76	1,43	4,54	6,99
Paraúna	0,12	0,18	0,04	0,04	0,27	0,20	6,37	8,13	0,80	0,85	7,59	9,40
Perolândia	0,13	0,60	0,00	0,00	0,35	0,60	5,41	4,10	0,98	1,27	6,87	6,58
Petrolina de Goiás	0,20	0,16	0,00	0,00	0,13	0,15	3,94	2,32	0,96	0,73	5,24	3,36
Pilar de Goiás	0,16	0,16	0,08	0,12	0,00	0,00	4,06	3,33	2,66	1,10	6,96	4,70
Piracanjuba	0,20	0,23	0,02	0,02	0,45	0,33	5,08	5,77	0,19	0,19	5,93	6,54
Piranhas	0,04	0,04	0,02	0,03	0,30	0,37	5,66	5,49	1,85	1,47	7,86	7,39
Pirenópolis	0,31	0,23	0,04	0,02	0,00	0,00	7,08	6,55	0,24	0,21	7,67	7,01
Pires do Rio	0,08	0,04	0,00	0,00	0,02	0,25	4,39	2,43	0,12	0,11	4,60	2,84
Planaltina	0,32	0,31	0,03	0,01	0,06	0,11	5,36	5,60	0,21	0,21	5,98	6,24
Pontalina	0,07	0,07	0,00	0,00	0,04	0,09	7,46	7,53	2,25	2,14	9,82	9,83
Porangatu	0,28	0,18	0,04	0,03	0,12	0,13	5,69	4,67	0,63	0,49	6,76	5,51
Porteirão	0,00	0,00	0,00	0,00	4,50	2,45	4,58	3,96	0,74	0,59	9,81	6,99
Portelândia	0,00	0,27	0,00	0,00	0,00	0,49	6,93	4,14	0,91	0,71	7,84	5,62
Posse	0,11	0,03	0,07	0,04	0,02	0,01	4,99	5,01	1,24	1,22	6,43	6,32

Tabela 4ª – Percentual de pessoas em Déficit, por Ano e por componente, nos municípios goianos

Município	Adensamento		Cômmodo		Improvizado		Ônus		Rústico		Total Déficit	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Professor Jamil	0,00	0,12	0,00	0,00	0,25	0,31	5,69	4,63	1,26	0,83	7,19	5,89
Quirinópolis	0,17	0,10	0,00	0,00	0,24	0,28	7,23	5,77	1,83	1,48	9,46	7,65
Rialma	0,08	0,04	0,00	0,00	1,77	1,04	7,98	8,99	0,05	0,03	9,88	10,09
Rianópolis	0,27	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	4,09	4,19	0,53	0,48	4,90	4,75
Rio Quente	0,00	0,00	0,00	0,00	21,11	10,03	1,22	5,06	0,44	0,38	22,76	15,47
Rio Verde	0,23	0,13	0,00	0,00	0,32	0,29	7,34	5,91	2,45	2,02	10,34	8,35
Rubiataba	0,21	0,28	0,00	0,00	0,00	0,00	5,21	5,01	0,29	0,19	5,71	5,49
Sanclerlândia	0,11	0,00	0,00	0,00	0,27	0,14	7,76	7,50	0,26	0,22	8,39	7,85
Santa Bárbara de Goiás	0,02	0,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,31	0,63	0,06	0,05	0,39	0,97
Santa Cruz de Goiás	0,46	0,26	0,00	0,00	0,43	0,16	1,61	1,14	3,67	2,83	6,17	4,40
Santa Fé de Goiás	0,13	0,00	0,00	0,00	2,82	4,56	3,67	2,27	0,28	0,22	6,91	7,06
Santa Helena de Goiás	0,02	0,02	0,00	0,00	0,29	0,49	3,66	2,79	0,79	0,70	4,76	4,00
Santa Isabel	0,13	0,00	0,13	0,00	0,10	0,26	2,32	4,32	0,70	0,54	3,38	5,12
Santa Rita do Araguaia	0,10	0,00	0,00	0,04	0,49	1,34	3,19	4,22	0,45	0,59	4,23	6,18
Santa Rita do Novo Destino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,53	2,22	1,81	1,24	0,83	3,55	3,18
Santa Rosa de Goiás	0,00	0,00	0,00	0,00	2,03	2,79	5,94	6,03	0,00	0,00	7,97	8,81
Santa Tereza de Goiás	0,21	0,00	0,00	0,00	0,00	3,74	4,06	4,63	1,15	0,97	5,42	9,34
Santa Terezinha de Goiás	0,12	0,09	0,04	0,09	0,09	0,11	2,61	3,34	0,73	0,59	3,60	4,23
Santo Antônio da Barra	0,00	0,00	0,00	0,02	0,31	0,27	6,87	7,14	2,12	1,84	9,29	9,27
Santo Antônio de Goiás	0,07	0,14	0,00	0,00	4,43	8,64	10,76	11,03	0,00	0,00	15,26	19,80
Santo Antônio do Descoberto	0,22	0,16	0,01	0,01	3,68	3,02	3,41	3,21	0,10	0,05	7,41	6,45
São Domingos	0,00	0,00	0,04	0,04	0,24	0,16	0,32	0,44	2,20	2,23	2,81	2,87
São Francisco de Goiás	0,00	0,17	0,02	0,02	0,08	0,02	6,31	6,15	0,98	0,72	7,39	7,07
São João da Paraúna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,07	3,84	1,22	0,85	4,29	4,68
São João d'Aliança	0,21	0,20	0,02	0,05	3,67	32,07	6,32	6,12	1,37	1,44	11,58	39,87
São Luiz de Montes Belos	0,06	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	6,38	7,05	0,30	0,30	6,73	7,38
São Luiz do Norte	0,29	0,26	0,10	0,00	0,00	0,14	2,75	3,43	0,35	0,28	3,50	4,10
São Miguel do Araguaia	0,19	0,18	0,03	0,03	0,12	0,91	5,50	4,74	2,53	2,17	8,37	8,02
São Miguel do Passa Quatro	0,10	0,64	0,00	0,00	0,00	0,30	7,99	7,61	0,57	0,40	8,65	8,95
São Patrício	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	3,22	4,37	1,25	0,62	4,52	5,00
São Simão	0,02	0,00	0,03	0,02	0,49	0,67	5,45	4,99	0,60	0,64	6,60	6,32
Senador Canedo	0,46	0,41	0,03	0,04	0,14	0,10	8,74	9,63	0,06	0,05	9,44	10,23
Serranópolis	0,40	0,34	0,00	0,00	0,40	0,18	6,99	6,55	0,19	0,14	7,97	7,22
Silvânia	0,03	0,02	0,00	0,00	11,12	4,78	1,72	3,71	0,71	0,34	13,59	8,85
Simolândia	0,00	0,00	0,04	0,01	0,00	0,27	1,46	1,98	1,41	1,07	2,91	3,34
Sítio d'Abadia	0,00	0,00	0,13	0,17	0,03	0,07	0,96	0,66	2,40	1,82	3,53	2,72
Taquaral de Goiás	0,30	0,36	0,00	0,00	0,08	0,03	3,60	6,84	0,44	0,47	4,42	7,69
Teresina de Goiás	0,00	0,00	0,09	0,09	0,00	0,32	1,75	1,59	3,98	4,03	5,82	6,03
Terezópolis de Goiás	0,05	0,05	0,00	0,00	0,43	0,18	8,20	9,13	0,56	0,25	9,24	9,61
Três Ranchos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	2,20	2,03	0,00	0,00	2,23	2,03
Trindade	0,29	0,25	0,01	0,02	0,07	0,16	8,01	6,91	0,04	0,03	8,43	7,36
Trombas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,06	0,19	0,17	17,86	14,48	18,19	14,70
Turvânia	0,14	0,23	0,00	0,00	0,14	0,21	7,68	8,36	0,33	0,23	8,30	9,02
Turvelândia	0,20	0,16	0,00	0,00	2,04	4,28	7,15	7,84	0,38	0,70	9,77	12,98
Uirapuru	0,00	0,00	0,07	0,07	2,29	1,21	1,35	1,18	5,25	3,76	8,96	6,22
Uruaçu	0,16	0,12	0,02	0,02	0,10	0,05	5,77	5,10	0,54	0,41	6,59	5,70
Uruana	0,11	0,18	0,00	0,00	0,11	0,10	4,67	4,63	0,39	0,41	5,28	5,31
Urutaí	0,22	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00	2,84	5,40	0,22	0,22	3,28	5,97

Tabela 4ª – Percentual de pessoas em Déficit, por Ano e por componente, nos municípios goianos

Município	Adensamento		Cômmodo		Improvisado		Ônus		Rústico		Total Déficit	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Valparaíso de Goiás	0,09	0,07	0,00	0,00	0,04	0,03	2,32	1,80	0,61	0,39	3,06	2,30
Varjão	0,13	0,00	0,00	0,00	0,52	0,26	7,83	5,89	0,28	0,23	8,76	6,39
Vianópolis	0,33	0,28	0,00	0,00	0,01	0,01	4,79	4,71	0,31	0,50	5,45	5,50
Vicentinópolis	0,13	0,05	0,06	0,00	0,09	0,26	6,94	8,04	0,55	0,51	7,77	8,86
Vila Boa	0,15	0,09	0,02	0,02	4,32	3,31	3,36	3,18	0,43	0,51	8,28	7,10
Vila Propício	0,07	0,00	0,00	0,00	14,01	10,44	3,18	2,40	0,09	0,10	17,35	12,94

Fonte: CadÚnico (Maio/2018).

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Equipe Técnica

Autores

Alex Felipe Rodrigues Lima – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.
Ana Clara Ribeiro Prado – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.
Felipe Pureza Cardoso – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Cartogramas

Rejane Moreira da Silva – Gerência de Cartografia e Geoprocessamento

Revisão

Karollayny Isabel Nunes – Gabinete

Publicação via web

Vanderson Soares

Arte e capa

Geovane Ferreira de Assunção – Gabinete

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Novembro de 2018

